

contendo

—RELATORIO—

apresentado pelo Dr. Bernardino
—de Souza Monteiro,—
Presidente do Estado, de sua ges-
—tão no quadriennio de 23 de Maio—
de 1916 a 23 de Maio de 1920,
—ao passar o Governo do—
Espírito Santo ao seu successor,
—Exmo. Snr. Coronel—
—Nestor Gomes—

não conferiu as paginas



==RELATORIO==

apresentado pelo Dr. Bernardino
==de Souza Monteiro,==
Presidente do Estado, de sua ges-
=tão no quadriennio de 23 de Maio=
de 1916 a 23 de Maio de 1920,
==ao passar o Governo do==
Espírito Santo ao seu successor,
==Exmo. Snr. Coronel==
==Nestor Gomes==

R
353 068/59
70
12 L



*Exmo. Sr. Presidente do Estado
do Espírito Santo.*

Quando, em 23 de Maio de 1916, assumimos o Governo do Estado, não ignoravamos os embaraços e dificuldades de toda a sorte que teríamos em quasi todo o decurso do quadriennio administrativo. Embaraços de ordem politica, porque o Espirito Santo entrava numa phase aguda de agitações partidarias, que se exaltavam a ponto de crear fundos dissídios, altamente perturbadores da sua vida constitucional. E dificuldades no terreno economico, pois os graves reflexos da grande guerra no funcionamento regular dos nossos aparelhos de trabalho productivo haviam aqui, como por todo o paiz e fora delle, chegado a seu auge. Uns e outros desses elementos de intranquillidade interna e depressão das energias economicas agiam, então reunidos, sobre as finanças estadoaes, já bastante oneradas por avultados compromissos externos e internos, que encontramos em aberto e, não poucos delles, urgentissimos.

As perspectivas desdobradas ao nosso Governo não foram assim, em seu inicio, auspiciosas, nem autorisavam previsões muito animadoras para a administração encetada. Não nos deixamos, todavia, invadir

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
1088	30-8-78

pelo desanimo, pois conheciamos as tradições de cor-
dura e patriotismo dos nossos conterraneos e a admiravel
capacidade de resistencia das nossas classes productoras
deante das crises mais profundas. Assim, antes de acu-
dir ás necessidades de ordem puramente economica
e financeira, appellamos immediatamente para aquellas
tradições de ordem e respeito á lei e tivemos a ventura
de ver que os nossos esforços nesse terreno de apasi-
guamento politico foram, em breve espaço, coroados
de pleno exito, voltando ao interior do Estado o ambi-
ente de paz e segurança indispensavel ao trabalho. Res-
tituida a tranquillidade á communhão espirito-santense,
poude a adminstração concentrar-se com mais efficien-
cia na defeza do credito do Estado, assumpto que de-
veria constituir, como de facto constituiu, durante todo
o quatriennio, o objectivo principal das nossas iniciativas.

A situação dos mercados financeiros mun-
diaes já era, então, bastante premente, pois a vo-
ragem da guerra absorvia, em successivos em-
prestimos, as reservas de cada belligerante e a maior
quantidade possivel do dinheiro das nações neutras, para
cujo credito appellavam seguidamente, em proporções
enormes. A maior parte do producto desses empréstimos
desapparecia na vertigem de despesas irreproductivas e
formidaveis, custeando o abastecimento de milhões e
milhões de homens, empenhados na faina cruenta da
destruição e da morte. A fome do ouro tornou-se ve-
hementissima e sob a pressão das horas de maior an-
gustia não somente, para as novas operações de credito,
as condições se tornavam cada vez mais onerosas, como
ainda, para as operações já feitas, a exigencia da ma-
xima pontualidade fez-se, categoricamente, imperativa
e inilludivel. Em taes circumstancias, antes mesmo de
empunhar as redeas do governo, já nos impuzemos o
comprimento rigoroso de uma politica vigilante no cam-

po financeiro, de modo a assegurar ao Estado a satisfa-
ção fiel, e a todo transe, do serviço de juros e amorti-
sação de sua divida fundada.

Parecia-nos, já então, imperiosa a necessidade
de reduzir o vulto dos compromissos externos, enqua-
drando-os em mais prudentes previsões orçamentarias,
para evitar que, de um momento para outro, se visse o
Espírito Santo em situação vexatoria, quebrando a linha
de correcção indispensavel ao fortalecimento de seu cre-
dito. Quando no Governo, esse proposito ainda mais se
affirmou em nosso espirito. De posse do exacto conhe-
cimento das nossas condições financeiras verificámos,
effectivamente, que, sem aquella redução, e por maiores
que fossem as restricções na despesa, seria impossivel
ao Estado arcar com todo o peso de taes encargos sem
desorganisação dos serviços publicos. O caminho a se-
guir para obter a diminuição sensivel desse peso não se
apresentava alhanado. Pelo contrario. Mas nelle perse-
verámos tres annos, até que, em Dezembro de 1919,
com a definitiva encampação do Banco Hypothecario
e Agricola do Espírito Santo conseguimos reduzir a.....
28.000.000 de francos o capital e juros de 50.000.000,
sobre o qual assumira o Estado a responsabilidade do
respectivo reembolso aos accionistas e obrigacionistas.
O Estado detem hoje o *contrôle* desse Banco, de que
possue a quasi totalidade das acções, representando esse
facto a virtual incorporação ao patrimonio espirito-san-
tense dos importantes estabelecimentos industriaes mon-
tados no valle do Itapemirim por aquelle estabelecimento
de credito, além de numerosos immoveis situados em
Victoria. A crescente valorisação de varios desses bens
augmenta as vantagens obtidas com a encampação e,
unida ao facto da depressão cambial do franco, talvez
chegue a ponto de aconselhar opportunamente a alie-
nação desse acervo, possibilitando a antecipação do res-

gate dos titulos que emittimos. Esse resgate offerceria ensejo a uma adequada remodelação do Banco, que o transformasse num apparelho de credito nos moldes praticos de uma organização mais directamente destinada á acudir ao commercio, á industria e á lavoura do Estado, que tanto carecem do justo amparo do credito para sua expansão e, sobretudo, para poder, nos momentos de crise, resistir ás especulações baixistas e ao pendor para o desalento.

Por outro lado, não ha duvida que o Estado só teria a ganhar passando á iniciativa privada a exploração industrial das fabricas e usinas do Itapemirim, pois a experiencia, em toda a parte, nada tem de favoravel á exploração official de estabelecimentos desse genero. Possuisse o nosso paiz uma organização bancaria, apropriada ás suas peculiaridades economicas, reponsando num forte apparelho central de emissão e desconto, creado sobre alicerces seguros, prudentes, de accordo com as lições da experiencia das nações de solida prosperidade, e, certamente, nos ultimos cinco annos, teriamos desdobrado a nossa capacidade productora, encontrando aqui mesmo, em nossos recursos, em nossas iniciativas, em nossa raça, surprehendentes elementos de exito. Emquanto, porém, não damos esse grande passo, sem o qual nossa independencia economica se manterá sempre precaria, cumpre-nos buscar sahir da rotina, do atrazo, da insufficiencia em que nos encontramos a esse respeito e, para isso, procurar fazer que as classes productoras possam contar, pelo menos, com uma relativa liberalidade do credito. Concorreremos assim para apressar um pouco a formação de reservas capitalisticas genuinamente nacionaes, pois daremos aos que trabalham e produzem a confiança no dia de amanhã e, com isso, estimularemos o espirito emprehendedor dos brasileiros, desanimados quanto aos emprehendimen-



VICTORIA — Monumento Domingos Martins

tos de largo tomo, já pela escassez dos capitaes, já pela insegurança de sua opportuna defesa, diminuiremos por esse modo, gradativamente, a vehementissima necessidade que temos de capitaes estrangeiros para a exploração em vasta escala das nossas immensas e multiplas fontes de riqueza.

Reduzido o montante da divida externa, assegurado com os recursos ordinarios do Estado seu respectivo serviço, o Espirito Santo pode agora, desoppresso, olhar serenamente para seu futuro e tratar afincadamente de construir a sua prosperidade financeira sobre a excellencia de suas condições economicas. Quanto nos foi possivel, envidámos constantes esforços em pról do desenvolvimento da polycultura no Estado, cuja maior riqueza classica ainda é, na agricultura, a lavoura cafeeira. Relativamente a esse producto, já tivemos occasião de notar que a exportação de café, no triennio que se encerrou em 31 de Dezembro de 1918, foi de media de 700.000 saccas annualmente, vendidas ao valor official medio de 9\$000 por 15 kilos. Estamos na culminancia dos preços de café, mas em condições mais estaveis do que a que se verificou em 1895, por ser essa devida principalmente a excessiva baixa cambial. Consequentemente, a diminuição das cotações, que ha de fatalmente se verificar nos annos vindouros, será mais lenta do que a que se seguiu á alta de 1895, cujo minimo correspondente teve logar em 1908, ou 13 annos depois. Nos cinco primeiros annos o preço do café desceu ao valor medio annual de 10\$605 por 15 kilos, sendo o preço medio do quinquennio de 1895 a 1900 de..... 13\$629. Podemos affirmar com relativa segurança, que até 1923, ou no quinquennio que se vae seguir á alta de café, que ora se verifica, o preço medio da arroba de café não descerá de 14\$000.

No anno passado, nos seis primeiros mezes, a

exportação de café ascendeu a 18.168.121 kilos, no valor official de 20.592:010\$523, ao passo que em igual periodo do anno transacto a quantidade exportada foi de 19.689.087 kilos, correspondendo ao valor official de 8.967:337\$983.

Esses algarismos dizem bem alto da excellente situação do mercado de café. Vem aqui de moide notar que a alta das cotações da rubiacea resultou principalmente da forte diminuição da safra determinada pela intensa onda de frio que crestou vastos cafezaes paulistas. A redução para 4.000.000 de saccas de uma safra esperada quatro vezes maior, operou como uma valorisação involuntaria, causando, todavia, á rica e prospera lavoura paulista prejuizos avaliados em cerca de seiscentos mil contos de réis, segundo calculos dos peritos que percorreram as zonas varridas pela geada e viram a innumerable quantidade de cafeeiros sacrificados. Nos ultimos seis annos, o valor medio da sacca, f. o. b., fôra de 42\$000, havendo, nos dez primeiros mezes do anno passado, a expressar-se em 92\$000, ou seja um accrescimento de mais de 100 %.

Os prognosticos dos economistas e dos estudiosos da estatistica são bastante auspiciosos para o mercado do café, dando ainda mais força ás previsões que acima mencionamos, tomando por base o anno agricola de 1918. Esse facto interessa eminentemente á economia e ás finanças do Espirito Santo, sabendo-se que em 1915 o imposto de exportação sobre o café se totalizou numa importancia correspondente a 74 % da receita total, em 1916 a 73 %, em 1917 a 62 % e em 1918 a 60 %. A diminuição nesses annos da relação percentual com que o café contribue para a receita do Estado não parece venha manter-se em annos mais proximos, pois, finda a guerra vastos mercados, que o bloqueio



VICTORIA — Monumento Domingos Martins

fechava, se reabrem a esse producto, cujos *stocks* haviam por completo exgottado. Em todo caso, muito convém não nos desinteressarmos da propaganda do nosso café nesses mercados, onde a lei economica das substituições, esporeada pela necessidade imperiosa, naturalmente poz em curso os chamados succedaneos em quantidade e variedade bem maior do que antes da conflação, augmentando, se o habito os mantiver d'ora avante, a concorrência desleal.

Não nos impressionámos com os prognosticos auspiciosos a ponto de nos alheirmos dos demais productos. Pelo contrario. Cada vez mais se nos antolhou o dever economico de multiplicar as nossas fontes de ouro, despertando novas iniciativas industriaes e agricolas e animando as que eram tradicionaes. Promovemos o sarto das lavouras de algodão e do cacau e animamos a cultura do arroz e outros productos de primeira necessidade, visando tanto o fortalecimento agricola do Estado como attender aos reclamos contra a carestia desses generos. A cultura do cacau foi estabelecida no baixo Rio Doce e, além da lavoura existente, conta hoje, em pleno viço, mais de cem mil cacaueiros novos plantados no ultimo anno. A exportação geral dos productos espiritu-santenses registrou, em 1916, o valor official de..... 30.963:882\$315, baixando em 1917 a 28.036:032\$899, não por haver diminuido de volume, mas sim em consequencia da baixa do preço do café, pois naquelle anno as remessas desse producto para fora do Estado, tendo sido de 42.778.277 kilos, no valor de 26.650:962\$100, ao passo que, em 1917, para um total maior, ou seja de..... 43.338.588 kilos, o valor official não foi além de.... 23.726:211\$325. Em 1918 o valor official da exportação geral do Estado ascendeu a 30.422:576\$000 apresentando sobre o do anno anterior o excesso de.....

2.386:543\$101; e no anno passado, subindo sempre, chegou a 65.602:820\$695, total nunca attingido em nossa vida economica e mercê da qual a receita, por seu turno elevou-se para 10.026:664\$631, culminando no diagramma em que se registrassem todas as receitas anteriores desde o inicio do nosso periodo institucional.

Sem embargo das providencias adoptadas para conseguirmos a maior ampliação possível no campo da produção, não podemos desconhecer a importancia da exportação do café, e o quanto a valorisação deste producto se reflecte em nossos orçamentos. Infelizmente o systema tributario do Estado repousa ainda, quasi que exclusivamente, no imposto de exportação. Não desconhecendo os entraves que esse imposto crêa á livre circulação da riqueza, julgámos, todavia, inopportuna uma modificação tão radical, operada num periodo de vacillações e duvidas, que se iniciou com a guerra. Em tempos normaes, entretanto, uma ponderada revisão dos nossos impostos, tendo em vista a diminuição das taxas que incidem sobre a exportação, parecer-nos-ia obra de acerto e de grande alcance economico. Por agora, as medidas postas em pratica na arrecadação das rendas, consequentes do imposto de exportação, têm-nos compensado as deficiencias do orçamento. Mas seria impossível impedirmos o movimento ascensional da despesa publica e conciliarmos essa medida com as exigencias do progresso do Estado. O nosso regimen tributario resente-se, assim, da falta de uma renda, que defenda o nosso orçamento da receita das oscillações, que frequentemente experimenta com a influencia capital e discricionaria que sobre elle exerce o café.

Tentámos trazer á receita coefficients de augmento, ampliando a massa dos nossos productos de

exportação. Mas essa medida não trará, certamente, uma solução definitiva. A despesa publica tende sempre a progredir repetimos. A depreciação da moeda, os empreendimentos a que a civilisação obriga e que não podem ser custeados pelas verbas ordinarias, creando a seu lado compromissos que reclamam juros e amortizações, a ampliação das attribuições do Estado, que se não podem restringir diante das necessidades publicas, trazem ao orçamento novos encargos, que reclamam cobertura.

A nossa rede fiscal não quer que lhe estreitemos as malhas, no que redundaria trazer aos impostos de exportação coefficients de augmento; mas, que lhe ampliemos o circulo de acção, igualando sacrificios, o que é justo, conveniente e equitativo.

Dentro dos excassos recursos que nos sobravam para os trabalhos de administração, uma vez attendidas com a maior pontualidade as exigencias do nosso credito externo, sentimos limitado o terreno de nossa actividade. Ainda assim estamos em que não pecámos no rumo preferido, abordando o problema das estradas de rodagem, e empenhando-nos, devotadamente, por uma solução que attendesse com exactidão os fins desse empreendimento. De resto, a produção de nossos artigos classicos, estimulada por uma valorisação subita, reclamava, imperiosamente, estradas por onde transitassem livremente.

Estudamos convenientemente o problema do transporte terrestre, e vendo desenhar-se a crise ferro-viaria, deliberámos e demos logo execução a um plano geral de viação por estradas tráfegaveis por auto-caminhões de forte tonelagem de carga. Quando terminada esta obra, que já vae em meio caminho, teremos de

modo completo neutralizado o accidente de grande distancia, ligando por uma rede de estradas, construídas em excellentes condições technicas, todas as zonas productoras ás linhas-tronco das duas ferro-vias que servem ao Estado, ou aos seus portos marítimos. Os resultados desse trabalho já se fazem sentir no barateamento do transporte, resultando ainda num estímulo ao commercio, á industria, á lavoura, garantindo-lhes o franco escoamento da producção e consolidando a prosperidade agrícola do Estado, o que para logo se reflectiu na sua vida orçamentaria, augmentando de modo nunca excedido seus recursos ordinarios, não pela aggravação dos impostos, já existentes, mas sim, exclusivamente, pela consequente ampliação do campo de incidencia desses tributos. Essas vantagens compensam, sobremodo, os sacrificios que fizemos para levar a cabo tão util empreendimento. O custo das nossas estradas, devido aos accidentes do terreno e ás obras d'arte, que reclamam em varios pontos do percurso, eleva-se em media a..... 16:000\$000 por kilometro de leito definitivo. Não nos deverá intimidar, porém, essa despesa, facilmente coberta pelos resultados directos e indirectos de seu trafego, estes pelo augmento da receita proveniente da exportação e aquelles pela renda dessas mesmas estradas, exploradas por particulares, que se obrigam pela conservação do leito sob a vigilancia de um engenheiro fiscal nomeado pelo Governo.

Julgamos ter attendido aos altos interesses do Espirito Santo, alhanando o terreno em que se debatiam, insolúveis, as duas questões essenciaes á sua vida autonoma.

Já podemos realmente confiar na estabilidade de sua vida economica e financeira.

Expondo com lisura os factos concretos, positivos e irrefutaveis, decorridos em nossa administração, perseveramos, ainda uma vez, no proposito de serem nossos actos submettidos a um exame.

Nessa intenção exporemos em detalhe a nossa acção administrativa no periodo que hoje termina, certos de que, retornaremos á vida privada, com a consciencia de havermos desempenhado, sinão com brilho, ao menos com honra, e isso nos basta, os deveres inherentes ao alto cargo com que nos distinguiram os suffragios do povo espirito-santense.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Conhecendo as difficuldades financeiras que, por vezes, têm assediado os Governos, embaraçando o progresso do Estado tivemos como preocupação principal, desde o inicio da nossa administração, as condições economicas do Estado, procurando estimular as fontes de producção existentes e promovendo o surto de novas.

O Espirito Santo, com um territorio privilegiado pela fertilidade das suas terras e variedade de climas, que se prestam a toda sorte de culturas, tem, entretanto, ainda hoje, as suas condições economico-financeiras dependentes da situação do mercado de café.

Das oscilações do preço desse producto e da sorte das colheitas, abundantes uma vez e reduzidissimas outras, segundo influencia de phenomenos climatericos, depende o valor da nossa exportação, e consequentemente a receita do Estado, conforme attesta o quadro comparativo abaixo.

Quadro demonstrativo da exportação de café do E. do E. Santo de 1892 a 1919

Anno	Exportação de Café		VALOR OFFICIAL		Direitos Pagos	Receita geral	Receita proveniente de outras fontes	Rec. de café em relação à rec. total
	EM MILHOS	Em saccos de 60 kilos	TOTAL	Média por arroba				
1892	6.665.961	277.768	15.271.510\$700	13\$745	1.679:866\$177	3.181:458\$896	1.503:592\$721	25.00
1893	21.763.169	362.717	27.418:367\$284	18\$897	2.864:638\$579	3.186:138\$353	321:499\$774	90.00
1894	23.217.161	387.619	28.562:625\$116	18\$421	3.419:084\$030	4.489:042\$647	1.069:957\$717	76.00
1895	24.630.683	410.511	31.527:477\$189	19\$200	3.750:125\$697	4.689:417\$168	919:291\$471	80.00
1896	25.153.751	419.229	24.842:217\$813	14\$814	2.968:410\$495	3.875:021\$491	906:610\$996	76.00
1897	34.791.488	574.838	28.574:962\$985	12\$319	3.413:048\$004	4.170:324\$733	757:276\$729	81.00
1898	33.449.901	557.498	24.858:370\$644	11\$147	2.956:016\$155	3.660:755\$600	704:739\$445	80.00
1899	27.379.764	456.329	19.468:573\$266	10\$665	2.336:238\$792	3.130:592\$286	794:363\$494	74.00
1900	23.649.222	394.153	17.398:730\$020	11\$035	2.084:327\$652	2.926:282\$909	841:955\$256	71.00
1901	31.719.447	428.657	14.966:300\$783	7\$077	1.795:956\$094	2.496:312\$128	700:356\$034	71.00
1902	38.623.379	643.722	17.180:465\$125	6\$682	2.061:655\$935	2.801:585\$252	739:929\$317	73.00
1903	39.472.878	657.881	17.552:717\$383	6\$670	2.105:326\$086	2.213:985\$541	108:659\$455	95.00
1904	36.427.943	607.130	15.606:054\$025	6\$425	1.872:726\$483	2.365:464\$414	492:737\$931	78.50
1905	35.327.841	588.797	14.602:330\$565	6\$200	1.752:279\$668	2.471:986\$185	719:706\$517	70.00
1906	35.987.444	589.790	15.017:933\$083	6\$259	1.802:031\$961	2.442:779\$407	640:747\$445	73.00
1907	44.856.221	747.603	16.649:611\$295	5\$567	1.997:953\$352	2.444:892\$272	446:908\$920	81.00
1908	42.501.207	708.353	14.779:815\$725	5\$216	1.773:577\$887	2.403:900\$602	629:478\$514	73.00
1909	27.667.551	416.125	12.173:551\$958	7\$913	1.480:826\$235	3.162:841\$914	1.203:074\$367	54.00
1910	24.478.255	407.907	12.229:862\$991	7\$494	1.467:833\$559	3.162:841\$914	1.695:258\$355	46.00
1911	29.034.440	483.907	23.049:694\$817	11\$908	2.756:963\$378	4.756:158\$612	1.990:195\$234	58.00
1912	34.090.039	568.167	29.673:439\$092	13\$056	3.560:812\$691	5.397:176\$393	1.836:363\$702	65.00
1913	35.854.201	597.570	22.835:657\$925	9\$553	2.740:278\$951	4.224:519\$209	1.484:240\$238	64.00
1914	37.750.105	629.168	17.628:673\$941	7\$064	2.615:440\$873	3.387:597\$811	1.272:156\$938	62.00
1915	58.091.702	968.195	28.470:524\$069	7\$351	3.416:462\$881	4.577:894\$388	1.161:431\$507	74.00
1916	42.778.019	712.966	26.650:807\$600	9\$345	3.198:096\$876	4.375:330\$843	1.177:233\$967	73.00
1917	43.335.528	722.258	23.724:260\$125	8\$204	2.847:145\$400	4.537:643\$194	1.690:497\$793	62.00
1918	40.042.320	657.372	24.765:971\$375	9\$277	2.971:916\$300	4.930:230\$914	1.958:314\$314	60.00
1919	47.102.462	758.041	59.160:136\$158	18\$840	7.099:216\$339	10.026:664\$631	2.927:448\$292	77.00

A alta do café, no periodo inicial de nossa organização constitucional, creou uma concepção falsa sobre os nossos recursos financeiros, contra a qual difficil seria no momento premunirem-se os governos, attentos ás previsões plausiveis de melhor arrecadação de impostos, a medida que o aparelho de fiscalisação se fosse adex-trando.

Alta que se consolidou por seis annos, em movimento quasi ascensional, mantendo-se depois por quatro annos, para finalmente decahir, compromettendo as rendas, de modo a occasionar o regimen de *deficits*, de que resultou uma situação financeira precaria, transmittida de quatriennio em quatriennio, com o peso de grandes compromissos. Em apoio do que affirmamos basta salientar que em 1894, com o valor official de 28.562:625\$116, a exportação de 23.217.161 kilos produziu para o Estado 3.419:084\$930, e em 1900 23.649.222 kilos, representando um valor official de 17.398:730\$020, produziram apenas 2.084:327\$653.

Os nossos orçamentos viam-se assim sacrificados pela baixa da cotação do café, aggravada mais ainda pela baixa do cambio, que desviava, de nossa arrecadação, grandes sommas com que teriamos de acudir aos serviços de juros e amortisação dos empréstimos externos, reduzindo, por muito tempo, á importancia insufficiente, os recursos destinados ás despesas de administração, que as propostas do orçamento procuravam sempre restringir.

Não foi possivel, por largo espaço, impedir a oscillação do mercado de café, nem corrigir os inconvenientes da sua tendencia para baixa.

Essa oscillação se vinha reflectindo, ha longos annos, na arrecadação das rendas do Estado, como se infere do seguinte quadro :

Exercícios	RECEITA	DESPESA	SALDO	DEFICITS
1892	3.181:458\$896	4.899:966\$000		1.718:507\$104
1893	3.186:138\$353	4.867:586\$671		1.681:448\$318
1894	4.489:042\$647	4.519:955\$462		30:912\$815
1895	4.669:417\$168	4.825:459\$858		156:042\$690
1896	3.875:021\$491	5.437:541\$212		1.562:519\$721
1897	4.170:324\$733	4.965:393\$765		795:069\$032
1898	3.660:755\$600	5.177:657\$167		1.516:901\$567
1899	3:130:592\$286	4.787:101\$022		1.656:508\$736
1900	2.726:282\$909	2:926:282\$809		1.999:999\$900
1901	2.469:312\$128	3.094:312\$128		625:000\$000
1902	2.726:282\$909	2.801:585\$252		75:302\$343
1903	2.214:985\$541	3.083:061\$882		868:076\$341
1904	2.365:464\$414	3.192:572\$045		827:107\$631
1905	2.471:986\$185	2.589:193\$597		117:207\$412
1906	2.442:779\$407	2.778:113\$831		335:334\$424
1907	2.444:862\$272	3.908:433\$216		1.463:570\$944
1908	2.403:056\$401	4.524:112\$536		2.121:056\$135
1909	2.663:900\$602	3.783:534\$903		1.119:634\$301
1910	3.162:841\$914	4.968:433\$325		1.805:591\$411
1911	4.756:158\$612	8.408:779\$213		3.652:620\$601
1912	4.105:634\$359	6.039:302\$707		1.933:668\$348
1913	4.224:519\$209	5.280:189\$011		1.055:669\$812
1914	3.387:597\$811	4.618:502\$196		1.230:904\$385
1915	4.577:894\$388	4.238:031\$920	339:862\$468	
1916	4.375:330\$843	4.365:347\$023	9:983\$820	
1917	4.537:643\$194	4.337:411\$731	200:231\$463	
1918	4.998:789\$210	4.980:616\$164	18:173\$046	
1919	10.026:664\$631	5.146:535\$247	4.880:129\$384	

Estes algarismos significam que o resultado de gastos amparados no credito publico, por falta em grande parte de elevação na receita, provocou o regimen de *deficits*, no qual não nos seria mais possivel perseverar.

Para acudir aos *deficits*, causados pelo excesso

na despesa, recorremos, em 1894, a um empréstimo de L. 700,000, por intermedio do Banque de Paris et des Pays Bas, e em 1908, a outro empréstimo mais volumoso, representado por 60.000 obrigações do valor nominal de francos 500, emitidas ao preço real de frs. 416,60 tendo sido Charles Victor & Comp., os intermediarios da operação. Este empréstimo, que, ao typo em que fora lançado, devera produzir a somma liquida de frs. 24.996.000, seria destinado ao immediato resgate dos titulos em circulação, e o saldo, depois de deduzidas as despesas da operação, recolhido ao thesouro do Estado para attender a novos emprehendimentos ou acudir ás exigencias de seus compromissos internos.

Pretendiamos, por essa forma, a unificação de nossos empréstimos externos e um justo desafogo a difficuldades prementes, perturbadoras do desenvolvimento natural do Estado.

O historico desses empréstimos é de todos bem conhecido, exposto, como tem sido, minuciosa e claramente nas mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado por mim e por meus antecessores. E' desnecessario aqui repetil-o.

Em 1916, a divida fundada do Estado, era a seguinte :

Divida externa :

Empréstimo de 1894, frs.	8.413.500
Empréstimo de 1908, frs.	19.135.000

Divida interna :

Valor de 9.001 apolices	7.458:200\$000
-----------------------------------	----------------

Divida fluctuante :

Cofre de Orphãos	88:045\$575
----------------------------	-------------

Cofre de Ausentes	22:335\$723
Caixa Beneficente	175:000\$000
	7.743:581\$298

A divida externa trouxe aos orçamentos os seguintes encargos :

Emprestimo de 1894 :

Serviço de juros até 1919, por anno, frs.	420.675
Serviço de juros e amortisação de 1919 á 1928, data de sua extincção . . .	962.500

Emprestimo de 1908 :

Serviço unicamente de juros até 1933, por anno, frs.	956.775
Serviço de juros e amortização de 1934 á 1949, tomado na proporção de frs. 30.000.000, valor nominal do emprestimo, por anno, frs.	1.748.344,80

Resumindo :

Divida externa :

Serviço de juros até 1919, por anno, frs.	1.377.450
Juros e amortisação de 1920 a 1928, por anno, frs.	1.919.275
Juros de 1929 a 1933, por anno, frs. .	956.775
Juros e amortisação de 1934 a 1949, por anno, frs.	1.748.344,80

Além, pois, de frs. 1.377.450, a que estavamos obrigados annualmente, para attender com pontualidade os nossos compromissos no exterior, tinhamos ainda de corresponder aos rigores de uma divida fluctuante, que deixámos sensivelmente diminuida, e a uma prestação

annual de 540:000\$000, relativa aos juros de nossa divida interna fundada.

Para augmentar as angustias da nossa situação financeira, encontramos-nos envolvidos na pendencia do Banco Hypothecario, cuja solução não era possível mais retardar.

Attribuiam-nos a responsabilidade incondicional de juros e amortisação, da importancia de frs. 40 milhões de obrigações, e dez milhões de acções, empregadas no Banco Hypothecario e Agricola do Estado do Espirito Santo, e mais cerca de dez milhões de juros atrasados, por via do que nos balancetes desse Banco, dados á publicidade pela sua administração, nos era debitada áquelle titulo, importancia quasi superior a novecentos contos de réis, pratica em que perseverara não obstante os seguidos protestos do Governo que nos antecedeu.

Essa era ao vivo, a real situação financeira em que encontrámos o Estado, ao assumir o Governo em 23 de Maio de 1916.

A situação do Thesouro não era, pois, folgada.

O exercicio de 1915, havia sido encerrado, com os seguintes algarismos, segundo os informes da mensagem do meu antecessor :

Receita arrecadada . . . Rs. 4.577:394\$388

Despesa effectuada . . . Rs. 4.238:031\$920,
accusando o balanço um saldo de 339:862\$468.

Mas, no exercicio de 1916, a cifra da receita publica decrescera, tendo-se dado a quasi paralyção da exportação dos nossos productos para o exterior, devido a situação anormal dos meios de transporte, que a guerra europeia creára.

Além disso, tínhamos que attender, com os recursos ordinarios do orçamento daquelle anno, ás despesas com o serviço da divida publica consolidada, interna e externa, com o custeio dos serviços a cargo da Administração e ainda ao pagamento de uma divida fluctuante, do exercicio anterior, na importancia de... 771:124\$199.

Para vencer as difficuldades de tal situação, sem prejudicar o credito do Estado e evitando o recurso dos empréstimos, tivemos de adoptar medidas excepçionaes, de economia rigorosa, mercê das quaes conseguimos encerrar o exercicio de 1916, com um pequeno saldo, depois de satisfeito o pagamento das despesas do exercicio e do serviço de juros da divida consolidada, sem prejuizo do custeio dos serviços da administração.

Melhorada a situação dos transportes, foi-se restabelecendo a normalidade da exportação, repercutindo desde logo na receita do Estado, de modo animador, os effeitos do restabelecimento do nosso commercio com o exterior e da alta dos preços dos productos de exportação.

Assim, a receita arrecadada, de 1916 a 1919, elevou-se a Rs. 23.938:427\$878, conforme se vê discriminadamente a seguir :

1916	4.375:330\$843
1917	4.537:643\$194
1918	4.998:789\$210
1919	10.026:664\$631

A despesa realizada, de 1916 a 1919, foi de Rs. 18.829:910\$165 sendo :

1916	4.365:347\$023
1917	4.337:411\$731
1918	4.980:616\$164
1919	5.146:535\$247

Comparando a receita arrecada, nos referidos annos, com a despesa realizada, vemos que os balanços desses exercicios foram encerrados com saldo :

Exercicios	Receita arrecadada	Despesa effectuada	Saldo
1916 . . .	4.375:330\$843	4.365:347\$023	9:983\$820
1917 . . .	4.537:643\$194	4.337:411\$731	200:231\$246
1918 . . .	4.998:789\$210	4.980:616\$164	18:172\$963
1919 . . .	10.026:664\$631	5.146:535\$247	4.880:129\$584

Da importancia total da despesa realizada nos referidos exercicios, foi applicada no custeio do serviço de juros e amortização da divida consolidada interna e externa Rs. 5.886:613\$936; na amortização da divida fluctuante, cofre de orphãos e depositos diversos Rs. 402:517\$200; em obras publica, reparos de bens do Estado, construcção de estradas, Rs. 880:000\$000, conforme se vê a seguir :

Importancia despendida com remessas de fundos para Europa para serviço da divida externa :

Frs. 8.251.393	Rs. { 1908 em deposito . . . 2.870:250\$000
	{ 1894 " " " " . . . 1.893:879\$936
	4.263:629\$936

Importancia despendida com o pagamento dos juros das apolices da divida publica do Estado, no Banco do Brasil e no Thesouro, até o segundo semestre de 1919 1.622:934\$000

Importancia despendida com o pagamento de juros e amortização dos depositos do Cofre de Orphãos 75:000\$000

Importancia despendida com pagamentos de peculios dos funcionarios publicos, depositos de ausentes e outros	327:517\$200
Importancia despendida com reparos de bens do Estado	480:000\$000
Importancia despendida com construcções de Estradas	400:000\$000
Importancia despendida com localisação de colonos no Rio Doce, fomento da cultura do cacau, etc., etc.	80:000\$000
Aposentadorias, pensões e subvenções	940:519\$368
Despesas diversas	2.691:865\$927
Deduzindo essa importancia do total da despesa effectuada, vemos ainda que foi applicada no custeio dos serviços administrativos, propriamente ditos, a quantia de 18.829:910\$165 que assim deve ser repartida:	
Congresso Legislativo	242:900\$000
Magistratura	758:539\$984
Directoria do Ensino Publico	2.195:760\$000
Directoria da Segurança Publica	2.633:673\$750
Directoria do Interior e Justiça	141:360\$000
Directoria do Serviço Sanitario	147:700\$000
Directoria de Finanças	1.077:280\$000
Directoria de Agricultura, Terras e Obras	248:060\$000
Gabinete da Presidencia, inclusive subsidio do Presidente	174:680\$000
Secretaria Geral do Estado	59:040\$000
Procuradoria Geral	237:640\$000
Junta Commercial	31:760\$000
	18.829:910\$165

Exercicio de 1916—1917 :

Vejamos qual o movimento do Thesouro discriminadamente por exercicios.

A arrecadação effectuada neste exercicio como vimos, attingiu a 4.375:330\$843 excedendo assim, em 411:085\$843 a previsão orçamentaria.

A despesa effectuada, incluidos os supprimentos dos creditos supplementares, importou em 4.365:347\$023, elevando-se em 401:102\$023 a que foi fixada em orçamento.

Ainda assim foi apurado o saldo de 9:983\$820.

Este saldo, comquanto diminuto, assignala todavia a economia com que procedemos na realização da despesa publica; pois satisfazendo a compromissos em aberto na importancia de Rs. 771:124\$199 tivemos ainda de attender a despesas já effectuadas de accordo com diversas deliberações legislativas, e entre estas a contida na lei n. 1.056 de 9 de Maio desse anno, que subiram a importancia de 350:000\$000.

A receita de 4.375:330\$843, arrecadada nesse exercicio, provem das seguintes rendas e tributos:

Impostos :

Exportação	3,434:052\$746
Addicional	253:723\$258
Transmissão	255:760\$164
Sello	49:017\$450
Vencimentos	27:380\$136
	4.019:933\$754
Venda de terras	53:097\$450
Contribuições diversas	141:203\$779
Rendimentos	215:767\$153
Eventuaes	86:542\$486
	4.375:330\$843

Com a importancia arrecadada acima, attendemos ás despesas orçamentarias e mais as que provieram de posteriores autorizações legislativas, na forma seguinte:

Exercícios findos :

Restituições 8:000\$000

Serviço :

Pessoal 1.989:862\$250
 Material 348:360\$000
 Despesas extraordinarias 401:302\$023

 2.739:524\$273

Credito Publico :

Juros de apolices da divida publica interna 402:492\$000
 Juros de emprestimos externos 1.164:630\$750
 Juros diversos 19:500\$000

Especial :

Subvenções e auxilios 31:200\$000

 4.365:347\$023

A arrecadação no exercicio anterior havia produzido Rs. 4.577:894\$388 ou seja mais 202:563\$554, o que se explica pela maior importancia de exportação naquelle exercicio :

EXPORTAÇÃO ADDICIONAL

1915	1916	Para menos
3.589:207\$723	3.434:052\$746	155:154\$977
298:711\$820	253:773\$258	44:988\$562

Exercicio de 1917—1918 :

A arrecadação effectuada nesse exercicio attingiu a 4.537:643\$194, sendo, conseguintemente, inferior em 61:856\$806 á previsão orçamentaria que calculava em 4.599:500\$000 a respectiva receita.

A despesa effectuada importou em 4.337:411\$731, tambem inferior em 262:023\$889 á despesa autorizada.

Encerrado o balanço do exercicio, este legou ao seguinte um saldo de 200:331\$463.

Vejamos quaes as fontes de receita que produziram a renda de 4.537:643\$194.

Impostos :

Exportação 3.215:677\$489
 Addicional 398:090\$160
 Transmissão 293:930\$973
 Sello 210:926\$669
 Vencimentos 32:943\$571

4.151:568\$862

Venda de terras 74:879\$896

Serviço Publico :

Contribuições diversas 105:412\$473
 Rendimentos 74:046\$015
 Eventuaes 131:735\$948

4.537:643\$194

Com os recursos desta arrecadação, attendemos a seguinte despesa :

Serviço :

Pessoal 2.107:295\$020

Material	469:365\$929
Despesas extraordinarias	34:598\$222
	2.611:259\$171

Credito Publico :

Juros de apolices da divida publica interna	403:592\$000
Juros do emprestimo externo	1.229:960\$560
Divida fluctuante	60:600\$000
	1.653:552\$560

Especial :

Subvenção e auxilio	60:600\$000
	60:600\$000
	4.337:411\$671

No proposito de não pedirmos novos sacrificios ao contribuinte, somente na fiscalização regular de nossas rendas poderíamos encontrar os elementos imprescindiveis á diminuição dos prejuizos trazidos pela restricção á sahida de nossos productos exportaveis.

Para colimarmos esse objectivo, amparamo-nos na revisão das rendas constantes da Lei n. 1.106, de 9 de Janeiro de 1917 e em deliberação nossa, contida no Decreto n. 3.011, de 10 de Julho de 1917, que mereceu a aprovação do Congresso Legislativo.

Com esses recursos e, mais, a favoravel differença resultante do activamento nos processos de aquisição de terras devolutas e outras medidas de detalhe de administração, conseguimos cancellar a differença que para menos accusava a arrecadação do imposto de exportação.

Conseguimos, assim, ver encerradas as responsabilidades desse exercicio, que legou ao seguinte um saldo na importancia de Rs. 200:231\$463.

Exercicio de 1918—1919 :

A arrecadação alcançada neste exercicio attingiu a Rs. 4.998:789\$210, sendo portanto superior em..... 240:653\$246 á previsão orçamentaria, que calculou em.... 4.758:035\$964 a respectiva receita.

A despesa effectuada importou em 4.980:616\$164, tambem superior a fixada em 222:580\$200.

Foram as seguintes as fontes de receita que constituiram a renda arrecadada :

Impostos :

Exportação	3.536:328\$405
Addicional	367:303\$933
Transmissão	333:881\$995
Sello	97:451\$494
Vencimentos	35:379\$986
Venda de terras	206:679\$698
	4.577:025\$511

Serviço Publico :

Contribuições diversas	88:873\$216
Rendimentos	210:438\$158
Eventuaes	122:452\$325
	421:763\$699
	4.998:789\$210

Com esta arrecadação attendemos á seguinte despesa :

Serviço :

Pessoal	2.539:124\$518
Material	589:896\$705
Despesas extraordinarias em virtude de leis	81:782\$540
	3.210:803\$764

Credito Publico :

Juros de apolices da divida interna	402:420\$000
Juros do emprestimo externo	1.017:083\$800
Divida flutuante	251:508\$600
Juros de orphãos	25:000\$000
	1.696:012\$400

Especial :

Subvenções e auxilio	63:800\$000
Eventuaes	10:000\$000
	73:800\$000
	4.980:616\$164

Exercicio de 1919—1920 :

A arrecadação neste exercicio elevou-se á Rs. 10.026:664\$631, havendo a differença de 5.268:628\$667, entre esta cifra e a orçada, que é de Rs. 4.758:035\$964.

A despesa orçada e creditos supplementares e extraordinarios importam em Rs. 5.311:664\$221 e apenas se despendeu Rs. 5.146:535\$247. Ha, portanto, uma differença para menos de Rs. 165:128\$974.

Impostos :

Exportação	7.626:519\$504
Addicional	603:744\$116
Transmissão	598:586\$619
Sello	124:202\$716
Vencimentos	35:147\$252
Venda de terras	531:662\$496
	9.519:862\$703

Serviço Publico :

Contribuições diversas	113:165\$906
Rendimentos	268:547\$835
Eventuaes	125:088\$187
	506:801\$928
	10.026:664\$631

Com essa arrecadação attendemos a seguinte despesa :

Serviço :

Pessoal	2.337:307\$564
Material	29:040\$000
Despesas diversas	1.016:816\$000
Despesas extraordinarias em virtude de leis	331:628\$257
	3.714:791\$821

Credito Publico :

Juros de apolices da divida interna	414:480\$000
Juros da divida externa	851:954\$826
Divida fluctuante	71:508\$600
Juros de Orphãos	15:000\$000
	1.352:943\$426
	5.067:735\$247

Especial :

Subvenções e auxilio	56:800\$000
Eventuaes	22:000\$000
	78:800\$000
	5.146:535\$247

A divida externa do Estado consta actualmente dos dois empréstimos acima referidos, contractados em 1894 e 1908, respectivamente com o Banque de Paris et des Pays Bas e Ch. Victor & Comp., posteriormente Société Auxiliaire de Credit, e dos encargos resultantes da encampação do Banco Hypothecario e Agricola do Estado do Espirito Santo, feita pelo Estado.

O primeiro empréstimo, contractado em 1894 na importancia de 700.000 ou frs. 17.500.000, e que se acha hoje reduzido á cifra de frs. 8.413.500, tem os seus juros pagos com pontualidade, sendo que o ultimo *coupon*, vencido em 5 de Abril p. findo foi pago nessa data.

Do empréstimo de 1908, conforme detalhadas informações da mensagem presidencial do anno passado, deve o Estado frs. 19.135.000.

Zelando o credito do Estado e acautelando os seus altos interesses, tem o Governo depositado no Banque de Paris et des Pays Bas os fundos necessarios para pagamento, a quem de direito, dos juros e amortisação vencidos desse empréstimo. Esta providencia teve o Governo de tomar devido ao estado de fallencia dos banqueiros emissores, a Société Auxiliaire de Credit.

Esse deposito, que monta actualmente em frs. 5.740.500, é relativo aos pagamentos devidos até o 1º semestre deste anno, isto é, incluído o *coupon* vencido a 5 de Abril proximo findo. Está todo elle feito no Banque de Paris et des Pays Bas.

Em relação á encampação do Banco Hypothecario e Agricola do Estado do Espirito Santo, feita nos termos da exposição constante da mensagem de 1919, devo repetir que della nos vieram os seguintes onus:

Frs. 24.960.000, de nossa emissão externa, a ser chamado empréstimo de 1919, e mais 1.623.000\$000

de nossa emissão interna da mesma epoca; a primeira foi dada em pagamento das *debentures* e a segunda em pagamento das acções.

Dahi decorre uma obrigação semestral de:

Frs. 624.000 até 1924;

Frs. 686.400 de 1924 em diante, até a extinção da divida.

Rs. 40:625\$000 até 1924;

Rs. 44:687\$500 de 1924 em diante, até a extinção da divida.

O pagamento dessas prestações será feito sempre em 30 de Maio e 30 de Novembro de cada anno.

Das acções adquiridas 16.128, já foram transferidas para o Estado, e 3.872 ainda estão sob a responsabilidade da Société Anonyme Credit Français.

Uma vez transferidas essas 3.872 acções, deverá ser o capital do Banco reduzido para Rs. 1.600:000\$, conforme estipulam os novos Estatutos.

Por estes Estatutos foi adoptado para o estabelecimento o nome de «Banco do Espirito Santo».

Parecendo-me prudente não envolver o Banco em largos empréstimos ou descontos, preferi deixal-o limitado ás pequenas operações, que as suas proprias disponibilidades possam comportar, evitando assim que o Estado tivesse de auxiliá-lo com quantias talvez necessarias para outros fins.

SITUAÇÃO ECONOMICA

Novas culturas. — O problema de transporte

Sem diminuir a protecção que nos deve merecer a lavoura do café, cuidámos de incrementar outras culturas, com o duplo fim de augmentar a nossa exportação,

ampliando o campo de incidencia dos impostos e attendendo ás necessidades do consumo interno, mais vehementes, á proporção que os *stocks* das grandes praças e centros commerciaes eram desviados para os que se debatiam na guerra mundial. Ainda, sob esse aspecto, não foi de menor vulto a nossa acção, nem de pequenos resultados os esforços dispendidos no intuito de crear novas fontes de ouro, com a introduccção de outras culturas, além das que o Estado já possuia.

Para o exito dessa campanha, proporcionamos desde logo aos lavradores uma instrucção pratica, facilitando-lhes a acquisição de terras, de sementes e procurando assegurar-lhes com amplitude meios de transporte e comunicação faceis.

Obedecendo a essa orientação, intensificamos a cultura de cereaes e introduzimos a do algodão e cacau, esta com exito surprehendente, como adiante daremos noticia mais detalhada.

Da cultura do arroz, iniciada sob novos moldes, muito se deve esperar, tendo o Governo adquirido e cedido para esse fim ao Snr. Basilio Pimenta, intelligente industrial espirito-santense, terreno no Municipio de Vianna, sob a condição de ahi fundar uma escola para instrucção dos agricultores que desejem conhecer os processos e as vantagens da cultura intensiva.

Convencido de que o ensinamento pratico da cultura do cacau, seguido de experiencias positivas em plantações feitas pelo Governo, seria meio seguro de aconselhar, com exito, aos lavradores a adopção dessa nova cultura, quasi desconhecida entre nós, resolvemos enviar lavradores, á custa do Estado, á zona cacauqueira do Sul da Bahia, afim de percorrerem as lavouras, estudarem o plantio do cacau, e fundarem em nosso Estado regulares plantações.

O valle do Rio Doce mereceu, nesse sentido, a nossa melhor attenção, e não poupamos esforços para firmar ali a nova cultura. O caudaloso rio não banha em todo o seu percurso terras de igual valor.

No lugar Terra Alta, abaixo de Collatina, nota-se a divisão natural dos terrenos, atravessados pelo mais importante dos nossos rios. Até esse ponto, as terras, permeaveis e seccas, são accidentadas e menos férteis. Rios permanentes as cortam, formando os drenos secundarios da rede, que tem por principal o Rio Doce. Ahi, apenas uma estreita faixa aos lados desse rio, formada de alluvião, apresenta as condições physicas exigidas para o bom desenvolvimento do cacaueiro.

De Terra Alta ao oceano, segue-se uma immensa planicie, de solo em geral compacto, argilo-humoso, muito profundo, e cuja fertilidade é demonstrada pela riqueza da vegetação, de tal forma pujante, que se torna um sério embaraço para os agricultores.

Dominam ahi as boas terras, onde todas as nossas culturas têm um desenvolvimento extraordinario. Principalmente a canna de assucar e o arroz encontram alli um solo que lhes permite produzir em proporção sem igual, apezar do systema ainda primitivo por que são plantados.

O cacaueiro desenvolve-se como nas melhores terras do Estado da Bahia.

Além das excellentes terras marginaes, encontram-se no Rio Doce innumeras ilhas, que estão sendo cultivadas, como a do Tamanduá, do Piraquê e Verbena.

O cacau, cuja cultura já foi tentada em nosso Estado, ha mais de vinte annos, é hoje collocado na familia das seterculiaceas, de plantas quasi todas tropicaes. No genero *Theobroma* estão as especies que nos interessam, que são o *T. cacau* e o *T. speciosum*, res-

pectivamente conhecidas, por commum e do Pará. São as duas especies cultivadas entre nós. A primeira é de maior desenvolvimento e duração, porém a segunda é mais precoce e offerece melhores cargas.

Primitivamente plantava-se somente o cacau commum: a especie — do Pará — foi introduzida ha quasi quatro annos, quando nos esforçamos por desenvolver essa rica cultura, que já revela grande successo.

A cultura é feita segundo os systemas usados em Belmonte e Ilhéos; em matta ou em derrubada.

No primeiro caso, faz-se uma rapida preparação do local, deixando apenas as arvores de maior vulto. Se a vegetação é pouco intensa, esse trabalho se reduz a uma simples limpa. Assim, summariamente preparado o terreno, seguem-se o balizamento, que nunca é perfeito, e o plantio que, em geral, é por semente. Faz-se tambem nessa occasião o roletamento das arvores, o que acarretará á morte, mais ou menos lenta, destas.

O unico cuidado cultural, que tem o lavrador até o apparecimento dos galhos, é a replanta, que ora se faz com mudas, ora com sementes.

Os roedores e as formigas prejudicam muito as plantações novas, destruindo os caroços e cortando as plantas tenras. Mais tarde, quando as arvores seccam e cahem os troncos, novos damnos advêm.

Encontram, além disso, os operarios grandes difficuldades, quando trabalham nesse meio, sendo que, após as chuvas, quando ha mais mosquitos, elles se recusam a trabalhar.

Sendo mal distribuida a luz, as plantas têm um desenvolvimento irregular, crescendo rapidamente, tornando-se finas e fracas.

Esse systema de plantar está, todavia, conquistando adeptos, por ter a illusoria apparencia de menos dispendioso e de melhor accordo com a cultura.

O plantio em terreno limpo é, em começo, mais dispendioso, sem duvida; porém, tambem é verdade, que a formação das plantas é ahi mais perfeita e offerece margem a uma exploração mais economica do solo; pois, com a protecção do cacau, pode ser feita uma outra cultura.

Poucos protegem assim o cacaueiro e, em geral, deixam crescer a vegetação expontanea, fazendo depois arruamentos. A conservação da cultura, invadida pelo matto, é muito penosa e requer limpas repetidas.

Na impossibilidade do emprego de capinadeiras, para o que o preparo do solo seria carissimo, todo o serviço é feito a strovenga.

Quando a cultura do cacau é protegida por outra, que produz boa sombra, a conservação é mais facil, porque a vegetação expontanea é diminuta. Na fazenda Goytacazes, de iniciativa e propriedade do Governo, ha uma parte da cultura resguardada por outra de mandioca, que demonstra a excellencia do systema.

As culturas da Snra. D. Liberalina P. da Silva e as dos Snrs. Henrique Firmiano e Demosthenes de Carvalho, todas em terreno limpo, provam que o desenvolvimento, nestas condições, é superior ao observado em matta.

Quanto ao plantio, ha muito a desejar; mas somos forçados a reconhecer que, os pequenos agricultores não fazem melhor, por lhes ser isso por emquanto impossivel.

A necessaria selecção das sementes, base para

uma boa cultura, ainda não é praticada. Temos feito grande distribuição de sementes, e agora mesmo importamos do Estado da Bahia grande quantidade, com o fim de facilitar as selecções.

A formação de viveiros é pouco praticada, seu uso pouco comprehendido e usado. O emprego de mudas, bem pegadas e desenvolvidas, evitaria os estragos produzidos pelos roedores e formigas e attenuaria, em alguns pontos, os das cheias. Dispendemos, ainda assim, com a formação de viveiros a importancia de 122:628\$044. O balizamento, em geral, é satisfatorio. Segundo a ultima inspecção, apenas um lavrador não o pratica.

Relativamente ao espaço que devem deixar, de uma planta a outra, convencem-se todos da utilidade que ha, em dar-lhes a largueza sufficiente. As distancias de 15 e 16 palmos estão sendo abandonadas, sendo, a mais commum, de 18; já se fazem de 20 palmos.

Segundo o desenvolvimento da cultura, uma operação de maxima importancia desperta a attenção do agricultor: a poda, que tem por fim, não só fortalecer a arvore, como dar uma forma mais conveniente ao seu arejamento, á distribuição de luz e aos trabalhos futuros. Todos, mais ou menos, reconhecem a utilidade dessa operação; porém, nem todos sabem pratical-a e podem fazel-a. Commumente, as limpas e a necessidade de tratar de outros generos de primeira necessidade, são a causa de seu abandono.

Relativamente á producção, ha razões para esperal-a excellente em todas as culturas, que recebem o indispensavel cuidado.

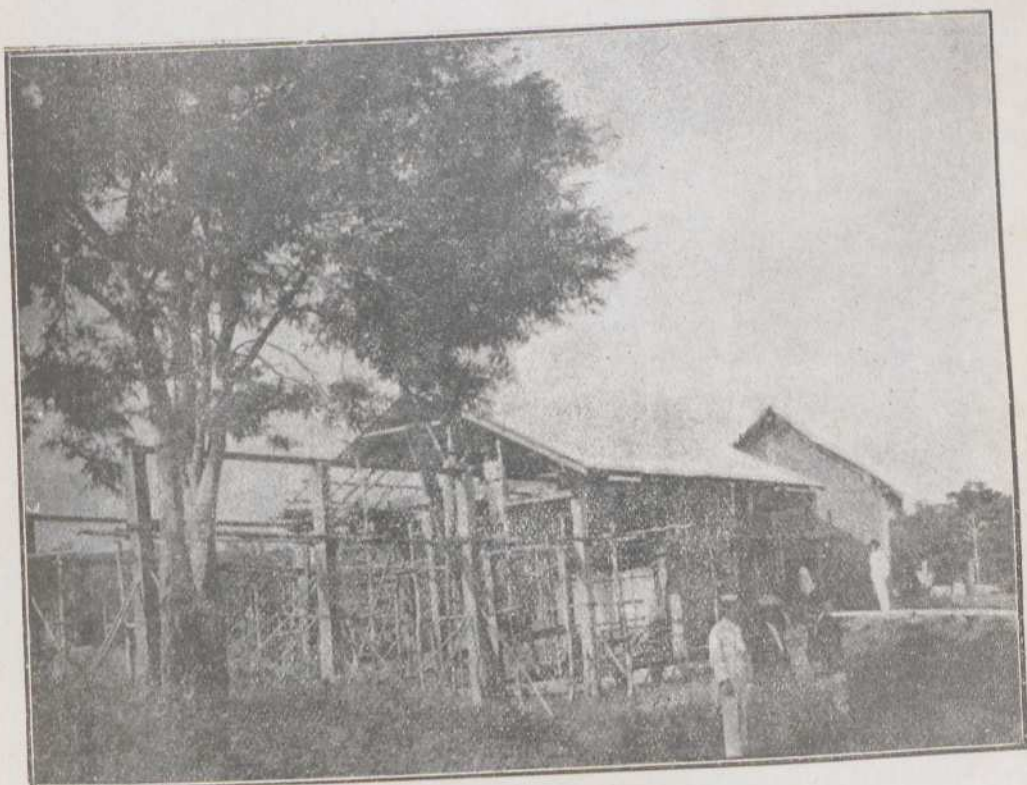
Tendo a cultura começado com intensidade ha tres annos, mais ou menos, poucas se acham em producção franca e, por esse motivo, as colheitas até hoje



VIANNA — Arrozal do Snr. Basilio Pimenta



VIANNA — Arrozal do Snr. Basilio Pimenta



Saccador construido pelo Coronel Antonio N. Pego, na
fazenda de sua propriedade, no Rio Doce



Rio Doce — Bellissimo panorama do caudaloso rio



Rio Doce — Cultura de d. Liberalina P. da Silva, no
logar Tres Ilhas, Cacau de 15 mezes



Rio Doce — Cultura de cacau, do snr. Deolindo



Rio Doce — Cultura de arroz, na propriedade
Cicero Tostes



Rio Doce — Pés de cacau com 2 annos, de
propriedade do snr. Henrique Firmiano



Rio Doce — Cacaueiro de 2 annos e meio, pertencente ao
snr. Alberto Rollemaner, residente em
Papagaio, na margem esquerda do rio

foram pequenas. Entretanto, as primeiras cargas excederam a toda a expectativa. Ha casos de plantas, com 15 mezes, apresentarem as primeiras flores e cacauzeiros, com dois e meio e tres annos, darem até 300 fructos. Velhos plantadores bahianos da rica *sterculiacea* são de opinião, que a melhor producção obtida na Bahia, será facilmente alcançada em nosso Estado. Esse facto vem salientar o grande acerto com que procedemos, dando ao maior e mais fertil dos nossos municipios uma cultura, como nenhuma outra, em perfeito accordo com as suas condições de solo e clima e, o que é mais importante, ao alcance da maioria dos habitantes daquella zona que, ha quatro annos, tinham por unicas occupações a pesca e a caça.

Não ha molestia nas plantações. Alguns agricultores não podem conservar as plantas com o necessario cuidado e são forçados a deixar que lichens cubram-lhes os troncos.

Quanto a insectos, são sem importancia os ataques verificados. Apenas gafanhotos, formigas e cupis têm causado damnos ás culturas. Não ha noticias de outras pragas.

Damos a seguir os nomes dos Snrs. agricultores, cujas culturas foram visitadas na ultima inspecção, feita ha cerca de um mez, segundo estão situadas, a começar pelo lado norte ou margem esquerda do Rio Doce e proximo á Collatina, e depois os da direita a começar de Regencia Augusta.

Snr. Carlos M. Fernandes. Sua cultura não é boa. Tem 600 pés de cacau do Pará em matta. Tentou tambem a cultura na margem opposta, porém tudo perdeu.

Snr. Antonio Machado de Faria. Tem 3.500 pés, da especie *commum*, com 8 annos e mezes, plantados

sem methodo; em melhores condições, 2.500 pés, da mesma especie. Essas duas plantações produzem regularmente, mas estão requerendo cuidados. Tem ainda 2.305 pés, com dois annos, do cacau do Pará, plantados a 20 palmos.

Snr. Alberto Roleman. Tem parte da plantação em derrubada e parte em matta. Esta segunda já entrou em franca producção e precisa ser podada. Tem ao todo 1.700 pés. Tem cacau commum e do Pará.

Snr. Durval M. Fernandes. Tem 4.000 pés de cacau do Pará, plantados sem alinhamento e muito sem ordem.

Snr. Polycarpo Alves Faustino. Ha na sua situação 380 pés, com 4 mezes, bem plantados á 18 palmos; 2.000 com um anno; 80 com dois annos e meio e 800 com tres annos. Só cultiva cacau do Pará e em derrubada.

Snr. Theodorico M. Fernandes. Possui 5.700 pés de cacau das duas especies, bonitos e tratados com zelo. A plantação mais velha, com tres annos e mezes, já apresenta uma consideravel carga.

Snr. José F. Monteiro. Reside no lugar denominado «Pau Grosso»; tem 450 pés muito desenvolvidos, ainda que novos. São plantados á 18 palmos os pés mais velhos, que podem ter um anno.

Snr. Malachias B. da Rocha. Abandonou a sua cultura, tendo 1.500 pés com 4 annos, e 800 com um anno e mezes. A plantação de 4 annos está produzindo e os fructos estão se perdendo.

Snr. Marcellino Falcão. Conta em sua lavouira 1.700 pés de cacau do Pará, bem formados e plantados a 18 palmos.



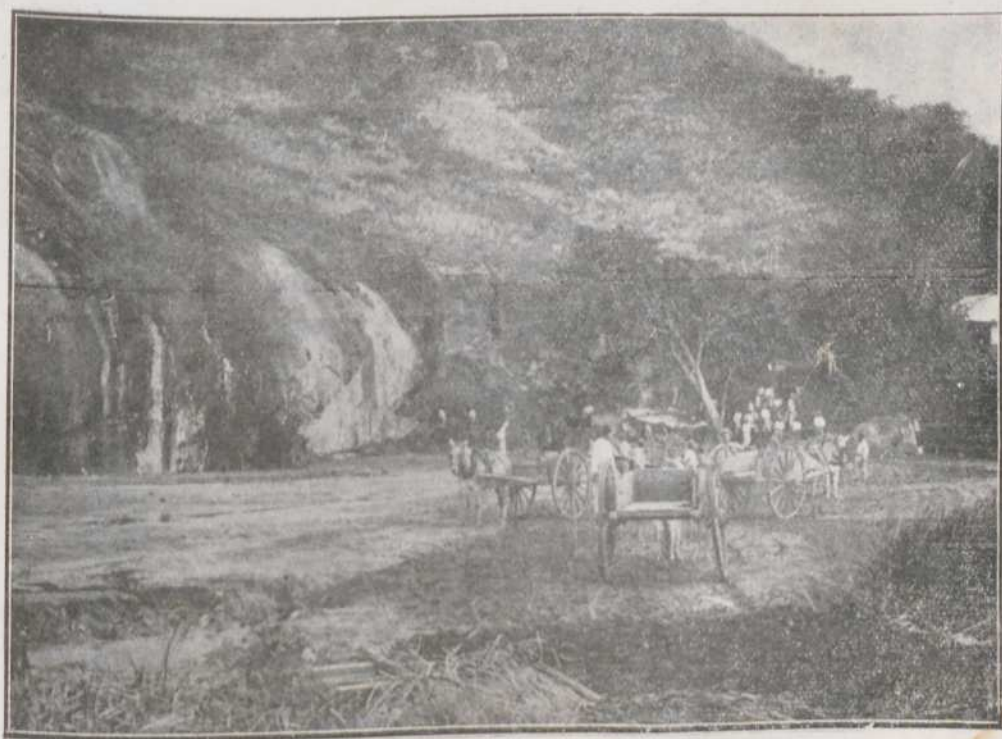
Estrada de Villa Velha



Estrada de Villa Velha



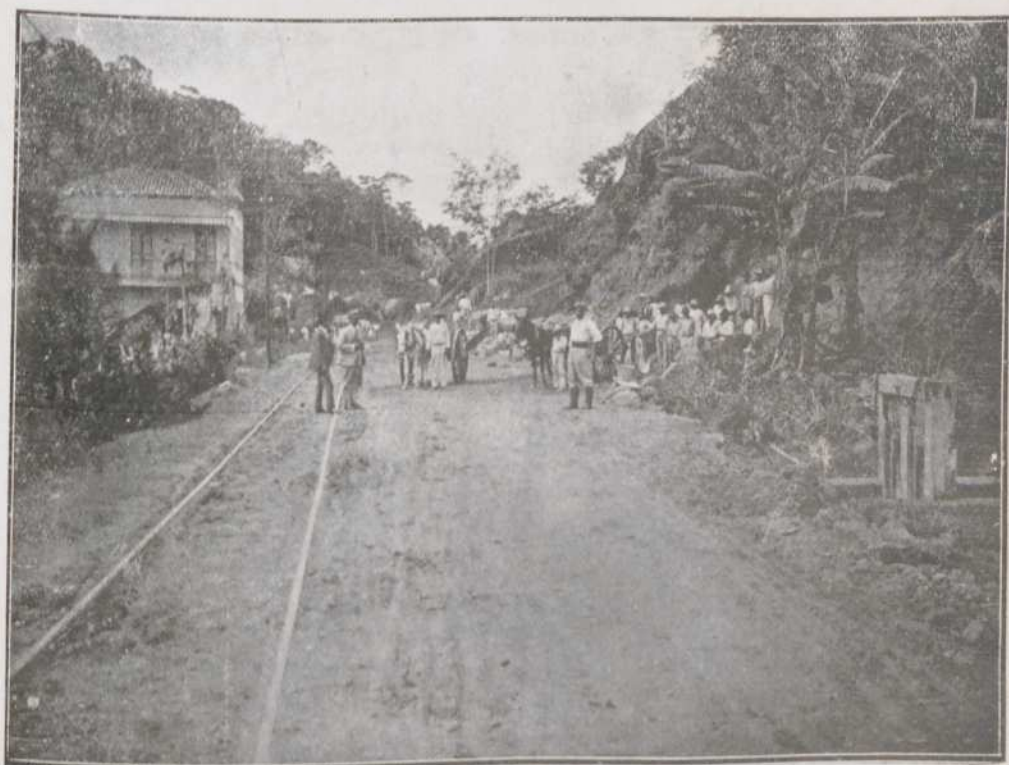
Estrada de automoveis para a Praia Comprida. Trecho em construcção no Forte de S. João. Corte e britador para macadamisação da estrada



Estrada de automoveis para a Praia Comprida. Aterro da lagôa no lugar denominado «Romão»



Estrada de automoveis para a Praia Comprida. Trecho
de estrada construido. Desvio Constantino



Estrada de automoveis para a Praia Comprida. Côte
grande. Villa Courinha Madeira

Snr. Virgilio Pinheiro. Tem 900 pés, com dois annos e meio.

Snr. Pedro Pires. Inicia agora a cultura cacauera, tendo apenas vinte pés.

Snr. Julio Pires. Tem uma plantação de 937 pés, com 2 annos e 4 mezes, que apresenta os primeiros fructos.

Snr. José Pires. Possui 100 pés, com dois annos e meio, e 400 com alguns mezes.

Snr. Deroldo de Alcantara. Plantou em derribada 450 pés, que apresentam muito bom desenvolvimento.

Snr. Silvino Alcantara. Possui 250 pés, tratados com zelo.

Snr. Darqui Antonio da Rocha. E' uma bonita cultura esta. Consta de 2.000 pés de cacau do Pará, com dois annos e meio, muito bem formados.

Snr. João Gama. Com 800 pés de cacau do Pará, em terreno muito sujeito a inundações.

Snr. Augusto Ravara. Tem 1.850 pés, tambem em terras baixas e plantação nova.

Snrs. Pestana & Comp. Em iguaes condições: possuem 1.092 pés, que vegetam com vigor.

Snr. Cicero Tostes. E' o fiscal das colonias do governo e occupa uma dellas. Tem o Snr. Cicero um total de 5.290 pés, sendo a maior parte em meio de outras culturas e pequena parte em matta. A sua plantação mais velha tem um anno e a mais nova 6 mezes. Sua lavoura é muito bem tratada. Cultiva tambem arroz, cuja cultura apresenta extraordinario desenvolvimento.

Snr. João Aragão. Ocupa a primeira colonia. Tem 640 pés, que contam de 1 e meio a 2 e meio annos.

Snr. Cyro de Carvalho. Sua cultura está em abandono.

Snr. Argemiro Ramos. A enchente destruiu toda a sua cultura.

Snr. Manoel Baptista. Chegou ao Rio Doce em Agosto de 1919 e, tendo recebido 500 pés, já completou um total de 1.164 pés. Os 500 cacaueiros têm 2 annos e meio e os mais 4 mezes. Só tem cacau do Pará.

Snr. Manoel Campista. Tem 1.700 pés de cacau do Pará, plantados á 18 palmos.

Snr. José Macedo. Foram totaes os seus prejuizos com a enchente de 1919.

Snr. João Costa. Tem 519 pés de cacau do Pará com 2 e meio annos.

Snr. Francisco Senna. Planta as duas especies e tem um total de 2.100 pés, em matta e em derribada.

Snr. Francisco F. Siqueira. Restam de suas plantações 500 pés, com dois annos e meio.

Snr. Antonio Rosa. Tem 250 pés, com poucos mezes.

Snr. Ozorio Rodrigues. Perdeu toda a plantação.

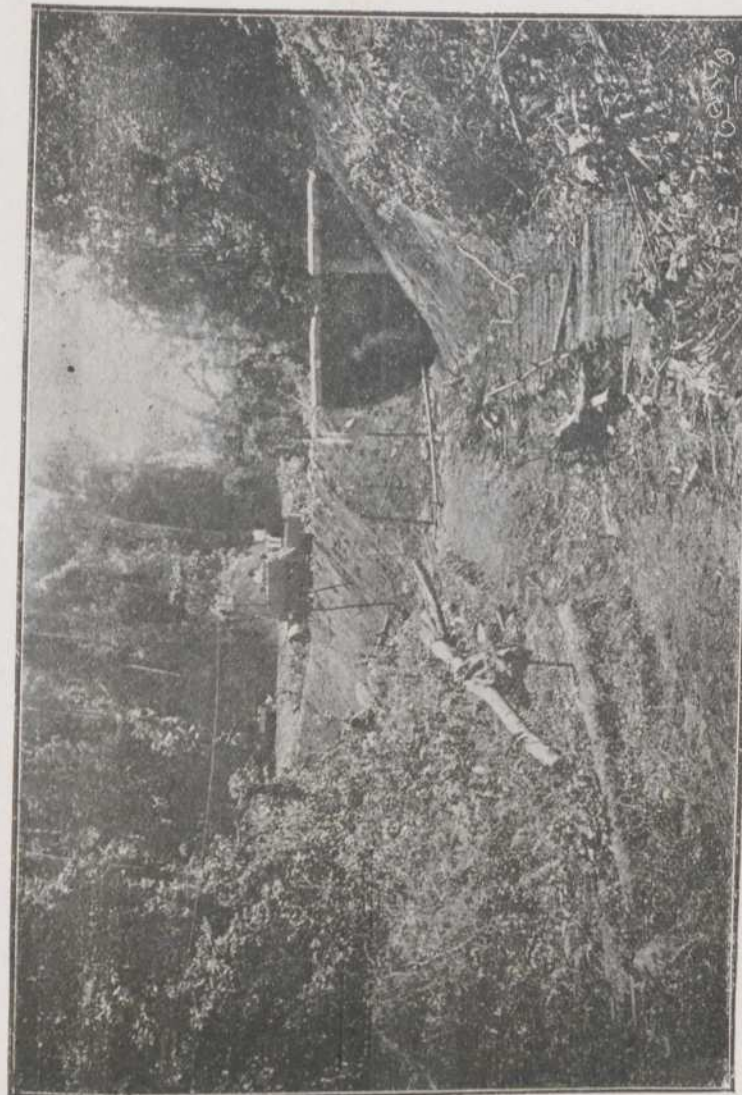
Snr. Manoel Ferreira da Luz. Ocupa a 12ª colonia e possui 1.200 pés de cacau commum, com seis mezes.

Snr. Vicente Pereira dos Santos. Tem 1.258 pés, em condições identicas aos precedentes.

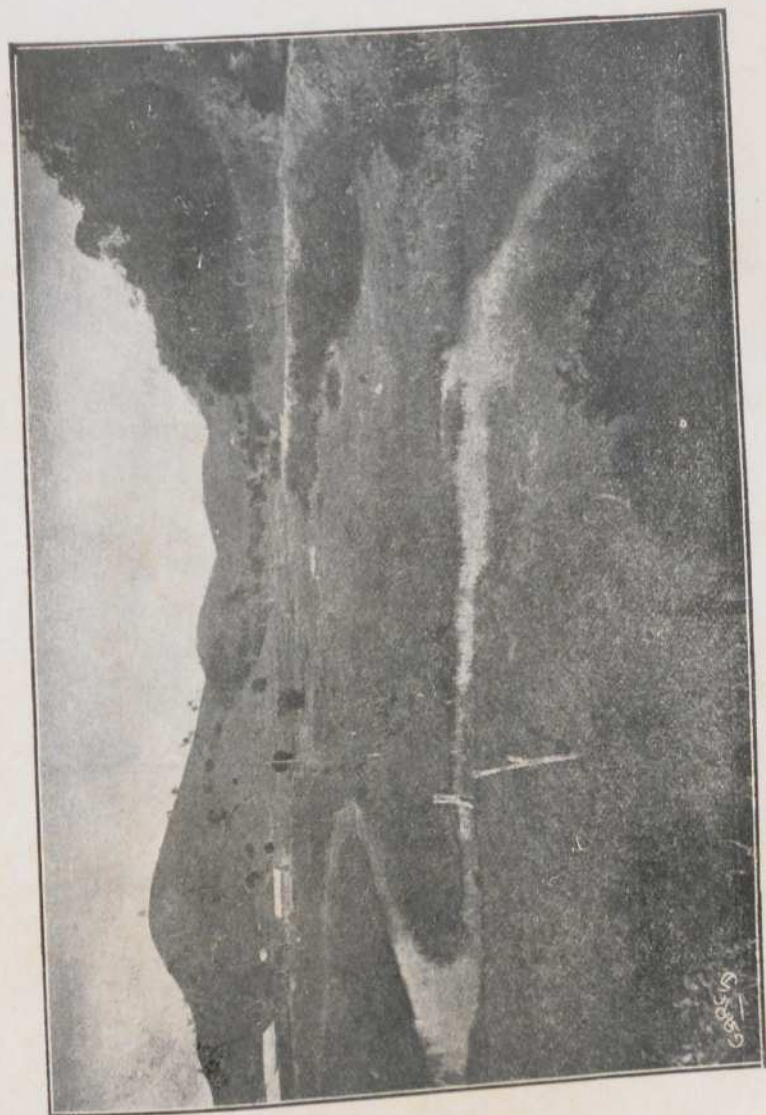
Snr. Manoel Coelho. Nada poudé fazer até hoje.

Snr. José dos Santos. Tem 450 pés, da especie commum com cinco mezes.

Snr. Gaudencio de Lima. Sua plantação foi tambem destruida pelas aguas.



Santa Thereza — A Serra dos Polacos



Santa Thereza — Varzea do Timbuly

Snr. Marçal Cardoso de Oliveira. Possui 439 pés de cacau commum, com mais de 10 annos e 385 novos.

Snr. Antonio R. Ramos. Os seus viveiros estão preparados, mas nada poudé fazer a mais.

Snr. Manoel Oliveira dos Santos. Tem 270 pés de 1 a 2 annos das duas especies.

Dr. José Paschoal. Em tres ilhas tem esse illustrado medico, cerca de 26.600 pés de cacau das 2 especies. Tem 9 alqueires em derribada e 2 em matta.

Snr. Wenceslau José de Souza. Tem 600 pés das duas especies, em derribada.

Snr. Victor Gomes de Carvalho. Ha em sua lavoura um total de 3.700 pés. Os mais velhos contam 15 mezes e 4 os mais novos.

D. Liberalina P. da Silva. Vimos em sua propriedade a plantação mais precoce de quantas visitamos.

Ha plantas com 15 mezes já esgalhadas e apresentando flores; a plantação toda é feita em terreno limpo e sem sombra protectora. Possui um total de 2.600 pés, plantados á 15 palmos.

Dr. Rosendo da Silva. Possui terras em Barreirinha, destinadas ao cultivo do cacau.

Snr. Catharino J. dos Santos. Tem 2.732 pés de ambas as especies. Os gafanhotos causaram-lhe grandes prejuizos.

Snr. Carlos Francebillo. No continente tem 1.800 pés das duas especies, e na ilha da Picada da Lagôa 2.200, que contam de 2 e meio a 3 annos.

Snr. Salatiel Flores. Em Cachoeirinha possui 3.025 pés plantados a 18 palmos e 180 á 15. Os primeiros tem 2 annos e os segundos 6 mezes.

Snr. José Pedro. Possui 655 pés da especie do Pará de varias idades.

Snr. José Clemente. Tem 1.333 pés, de varias idades, sendo os mais velhos plantados ha um anno, á 15 palmos.

Snr. Dorillo C. da Rocha. Em sua propriedade ha 2.640 pés de cacau do Pará com 5, 6 e 18 mezes. Todos apresentam muito bom desenvolvimento.

D. Maria da Rocha Campista. Possui 1.800 pés. A cultura é nova e em derribada.

Snr. Djalma da R. Campista. Cultiva as duas especies e tem 1.500 pés á 15, 16 e 18 palmos. A plantação mais velha tem 2 annos e já produzindo.

Snr. Alcino José da Costa. Em sua propriedade ha 6.000 pés, todos da especie do Pará. Tem uma parte que conta hoje tres annos e é feita á 15 palmos. Outra parte tem mezes e é feita á 18 palmos.

Snr. Marques Claudino. Possui 100 pés de cacau commum com mais de 2 annos e 600 novos com um anno. Toda a cultura é feita á 15 palmos.

Snr. Isaurino S. Peroba. Na margem esquerda do rio Sul, que desagua na lagôa Mousurás, tem 1.148 pés das duas especies, plantados á 16 palmos.

Snr. José B. Senna. Cultiva na mesma margem só a especie do Pará, de que tem 3.600 pés ainda novos.

Snr. Celestino José Machado. Sua lavoura está na margem direita do rio Sul. Tem 289 pés da especie do Pará.

Snr. Geraldino Antonio Bastos. Possui 2.500 pés com dois annos e 1.500 com 4 mezes. Estão todos em derribada e são plantados á 15 palmos.

D. Vitalina Reis. Possui 2.545 pés, plantados á 15 palmos com tres mezes.

Seguem-se agora os lavradores da margem direita do Rio Doce :



Santa Thereza — Auto-caminhões na Valsugana

Snr. Cleris M. Moreira. Plantou em Agosto de 1919 2.900 pés de cacau do Pará á 16 palmos. Tem grandes viveiros preparados para outras plantações.

Snr. Antonio França Leite. Possui 1.300 pés, em matta, plantados ha 6 mezes, muito desenvolvidos; 600 á 18 palmos em derribada.

Snr. Faustino G. de Souza. Tem plantações de 3 annos e recentes, á distancia de 20 palmos. Tem um total de 2.300 pés.

Snr. Pedro F. da Penha. Sua cultura é feita em matta e em capoeira. Possui um total de 5.400 pés. O desenvolvimento de suas culturas não é bom.

Snr. Antonio Romualdo dos Santos. Em suas terras ha 2.300 pés das duas especies, em derribadas, com 2 e meio annos á 16 e 18 palmos; 1.300 com tres mezes, plantados em matta.

Snr. Candido Bandeira. Soffreu prejuizos totaes com a enchente.

Snr. Antonio F. de Oliveira. Possui 1.130 pés, á 16 palmos.

Snr. Ignacio F. de Oliveira. Tem um total de 2.500 pés, sendo 150 velhos, de 20 annos, plantados irregularmente.

Snr. José Nobre. Sua cultura, embora, é muito bonita. Consta de 100 pés novos e bem desenvolvidos, em capoeira.

Snr. Augusto Bandeira. Possui 220 pés, com dois annos á 15 palmos.

Snr. Henrique Firmiano. E' optimamente formada a sua cultura, que consta de 3.900 pés com 2 annos;

500 pouco mais novos e 150 com 5 mezes. Toda plantação é feita em derribada e á 18 palmos.

Snr. Pedro Penha. Tem 1.300 pés com dois annos, precisando de trato.

D. Paula M. do Rosario. Cultiva em derribada e em matta. Em derribada tem 2.680 pés bem plantados e de varias idades, 300 pés novos são plantados em matta.

Dr. Philogonio Peixoto. Toda a sua plantação é feita em matta. Na fazenda Maria Bonita ha 50.700 pés, dos quaes os mais velhos começam agora a esgarhar. Em frente a fazenda na Ilha Verbena — ha 8.500 pés também em matta.

Dr. Sabino Morcovi. Tem 14.000 pés, novos, plantados á 18 palmos. Houve aqui muitos prejuizos com a enchente.

Snr. Demosthenes de Carvalho. E' uma outra cultura de optima formação. Tem 4.500 pés, já fructificando.

Snr. Olympio Ribeiro. Tem um total de 3.034 pés das duas especies. Ha 840 pés de mais de 6 annos.

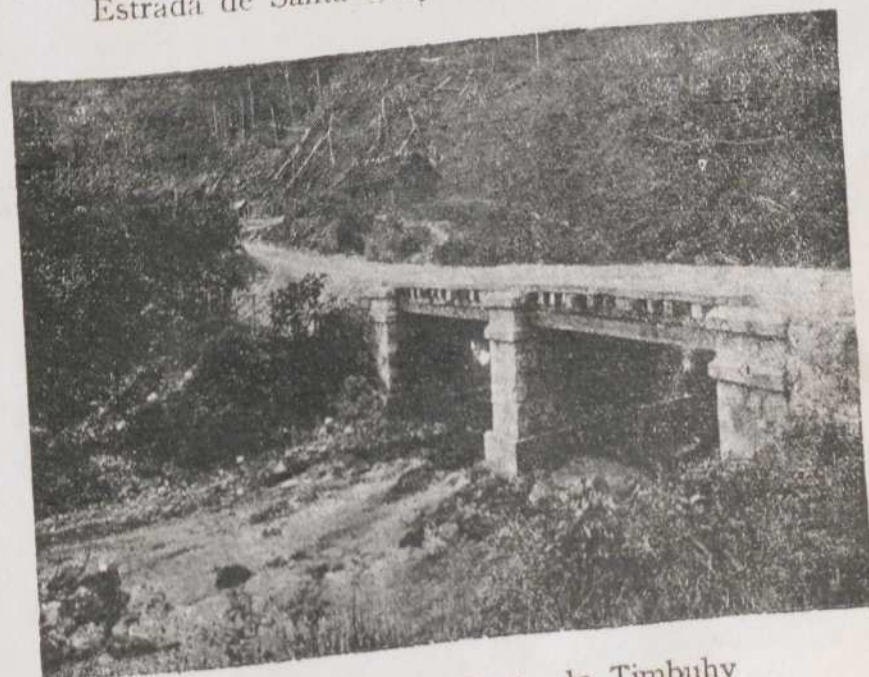
Snr. Lastenio Calmon. A sua propriedade é muito bem começada. Tem 17.593 pés das duas especies com varias idades. Está plantando mais 3.000 de mudas. Tem parte da cultura em derribada e parte em matta. O desenvolvimento das plantas é muito bom e são ellas bem cuidadas.

Snr. Trajano C. Loyola. Sua propriedade está em frente a Linhares. Tem 4.200 pés novos. Suas terras são cortadas por um vallão, que, como em muitos outros pontos, recebe muita agua por occasião da enchente.

Snr. Tobias J. de Andrade. Possui 400 pés de



Estrada de Santa Leopoldina a Alfredo Maia



Santa Thereza — Ponte do Timbuhy

cacau do Pará em matta. Sua plantação está ha uma legua afastada da margem do rio.

Fazenda Goytacazes. Pertence ao Governo do Estado. Nessa fazenda ha 14.230 pés de cacau do Pará. Toda a cultura está em terreno de derrubada e está bem desenvolvida. A plantação mais velha conta 2 annos e já deu as primeiras flores. Em terra já preparada vae receber mais 7.562 pés.

D. Therphiles Pinheiro. Uma parte de sua cultura já produz. Tem um total de 6.000 pés das duas especies.

Coronel Nestor Gomes. Possui 4.290 pés de cacau commum, produzindo francamente, em matta.

Snr. João B. da Silva. Em Moradores, tem 3.000 pés, regularmente cuidados.

João Ramos. Tem 3.000 pés de bonito cacau, muito bem tratados. Colheu no anno passado 12 arrobas. Sua plantação é nova.

Snr. Orlando Guilhermino. Sua situação está na cabeça da ilha Monteiro. Só cultiva cacau do Pará. Tem 2.500 pés, que contam de 3 annos e meio e 7 mezes.

Snr. Francisco de P. N. da Gama. Possui 1.500 pés, da especie do Pará com 2 annos e meio, apresentando flores. Sua plantação é feita em derribada.

Snr. José Americo. Tem 180 pés com dois annos.

Snr. Malachias Abade de Souza. Tem 1.315 pés de cacau do Pará. Plantação á 18 palmos; 510 pés já têm 3 annos.

Ha nas proximidades da ilha do Piraquê, em Amarello e Boa Fé, tres situações, em que existem culturas de cacau e que estão sem habitantes.

Capitão Francisco de Paula Pacheco, inspector agrícola. Na ilha do Piraquê tem, em matta, 10.000 pés de cacau do Pará, muito bem tratados, mas ainda novos.

Snr. Antonio N. Pego. Possui na ilha do Tamanduá, 447 pés de cacau commum, em matta e bem desenvolvidos.

Snr. Antonio M. Faria. Tem na ilha do Pau Grosso 2.095 pés, plantados á 18 palmos, cacau do Pará, de 2 annos.

D. Lilia Calmon Fernandes. Proximo a Linhares tem 4.200 pés, em franca producção.

Snr. Antonio Calmon. Perto de Linhares possui 500 pés novos.

Snr. Joaquim I. Monteiro. Possui 6.000 pés, que necessitam cuidados; 3.000 já contam 3 annos e outros 3.000 são novos.

Snr. José M. Fernandes. Possui 3.400 pés, sendo 400 em uma pequena ilha em frente a sua situação. Sua cultura tem dois annos e meio.

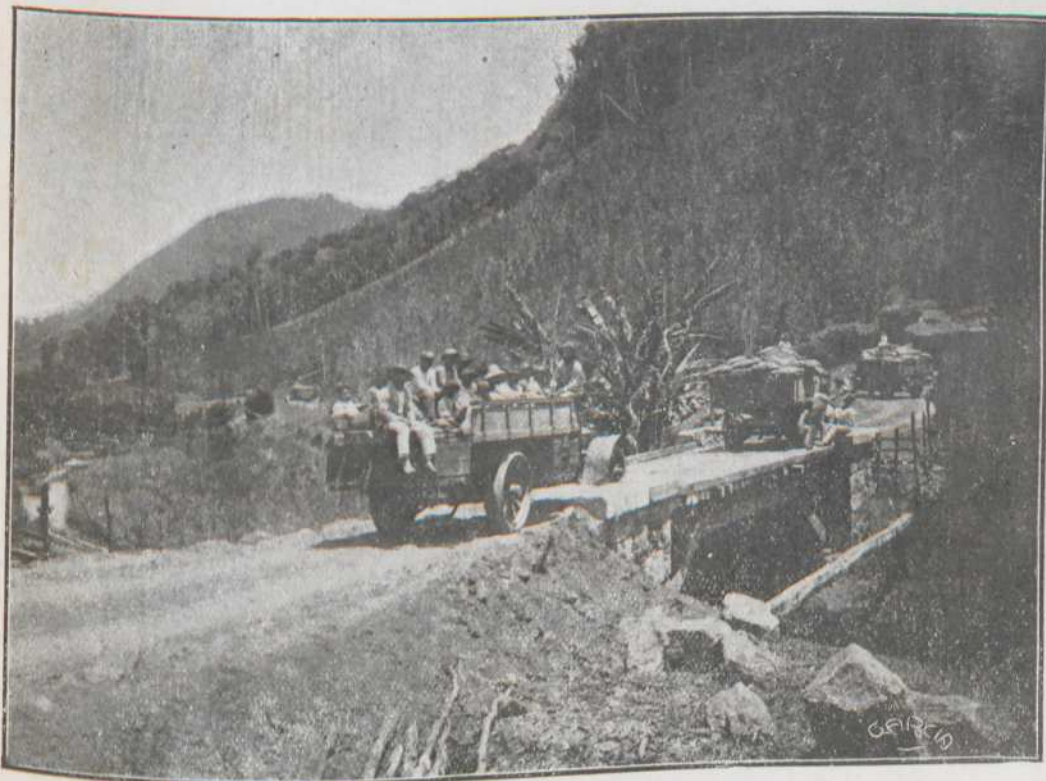
Snr. Manuel F. Fernandes. Tem 1.510 pés, precisando tratamento. As formigas atacam muito as suas culturas.

Snr. Manoel Januario. Sua cultura é um pouco desordenada. Tem 4.000 pés de cacau commum. A enchente prejudica muito suas plantações.

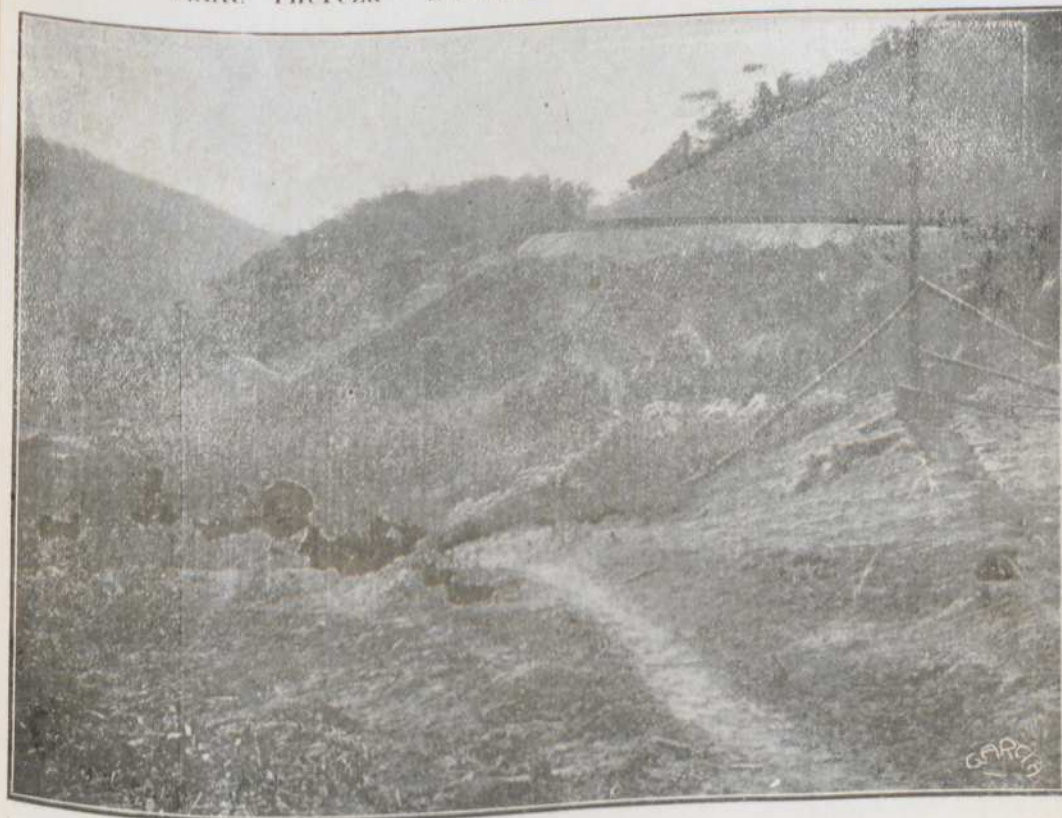
Snr. Candido M. de Almeida. Possui 200 pés em bom estado.

Snr. Carlos M. Fernandes. Já nos referimos á sua plantação.

Snr. Coronel Antonio N. Pego. Na fazenda Boa



Santa Thereza — Auto-caminhões na estrada



Santa Thereza — Base da Serra dos Polacos



Santa Thereza — A Serra dos Polacos



Santa Thereza — Viaducto Scapardini

Vista plantou cerca de 20.000 pés de cacau. Toda a plantação é feita em derrubada e está pequena.

O Snr. Coronel Pego, já construiu um seccador com a capacidade para 90 saccas.

Pela relação acima constata-se haver nas margens do Rio Doce cerca de 341.569 pés de cacau, dos quaes apenas 20.200 tem com mais de 4 annos.

Addicionando-se a producção de outras colonias que não puderam ser inspeccionadas devido ás chuvas, entre as quaes a de Boa Fé, pensamos não incorremos em grande erro, avaliando em 450.000 pés toda a lavoura cacaueira do valle do nosso grande estuario.

A acção do governo, procurando desenvolver alli essa promissora cultura, encontrou o mais seguro apoio nos habitantes daquelle uberrimo so'lo, que, mesmo lutando com mil difficuldades, entregam-se confiantes aos trabalhos da lavoura, pois sabem não serão desamparados nos seus esforços em bem do desenvolvimento dessa importante cultura.

No Sul e Norte do Estado temos ainda regulares plantações, que, segundo informações fidedignas, montam em cerca de 150.000 pés, em boas condições.

Assim, podemos esperar que dentro em breve teremos a nossa receita augmentada em mais..... 1.000:000\$000, trazidos pelo imposto sobre milhões de kilos de cacau, que deverão produzir os 600.000 pés existentes.

A carencia de braços disponiveis para os serviços lavoureiros, levaram-nos a facilitar as condições de acquisição de terras, facultando uma propriedade plena ou condicional aos pequenos agricultores que encontravam assim no acto do Governo uma oportunidade boa para se libertarem do salario quasi sempre diminuto,

colhendo todas as vantagens que podessem resultar de sua actividade propria na cultura dos campos. E não foi debalde que assim procedemos. Barateado o custo das terras e simplificadas extremamente as formalidades dos respectivos processos, via o Espirito Santo, aos poucos, dilatar-se sensivelmente a sua área cultivada, conseguindo o enriquecimento de sua população e parallelamente um augmento de renda, de precioso auxilio no balanço de seus recursos orçamentarios.

Vejamos a área total de terras devolutas transferidas pelo Estado :

AREAS VENDIDAS

Durante o anno de 1916	2,418 hectares
» » » » 1917	4,755 "
» » » » 1918	8,750 "
» » » » 1919	12,200 "

Dentro dos recursos creados pela renda de terras pudemos, deixando ainda grandes margens, attender ás despesas com os serviços agricolas, comprehendidos nestes o plantio do cacau, aquisição de terrenos no Rio Doce, construção de casas para colonos, custeio de lavoura e conservação de sementes, despesas que registram as seguintes importancias :

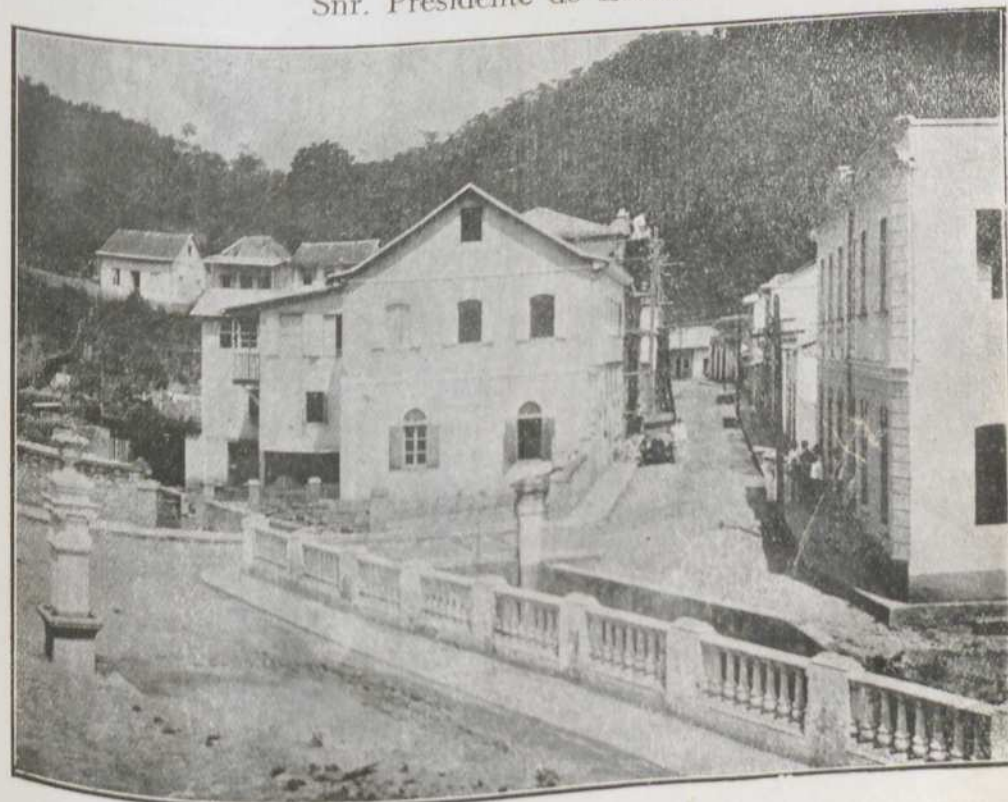
1917	56:252\$100
1918	61:291\$294
1919	28:144\$650

Por mais que desejassemos restringir nossas despesas relativas a construcções na capital, não pudemos, todavia, fugir a necessidade premente de attender aos concertos e remodelação de alguns edificios publicos.

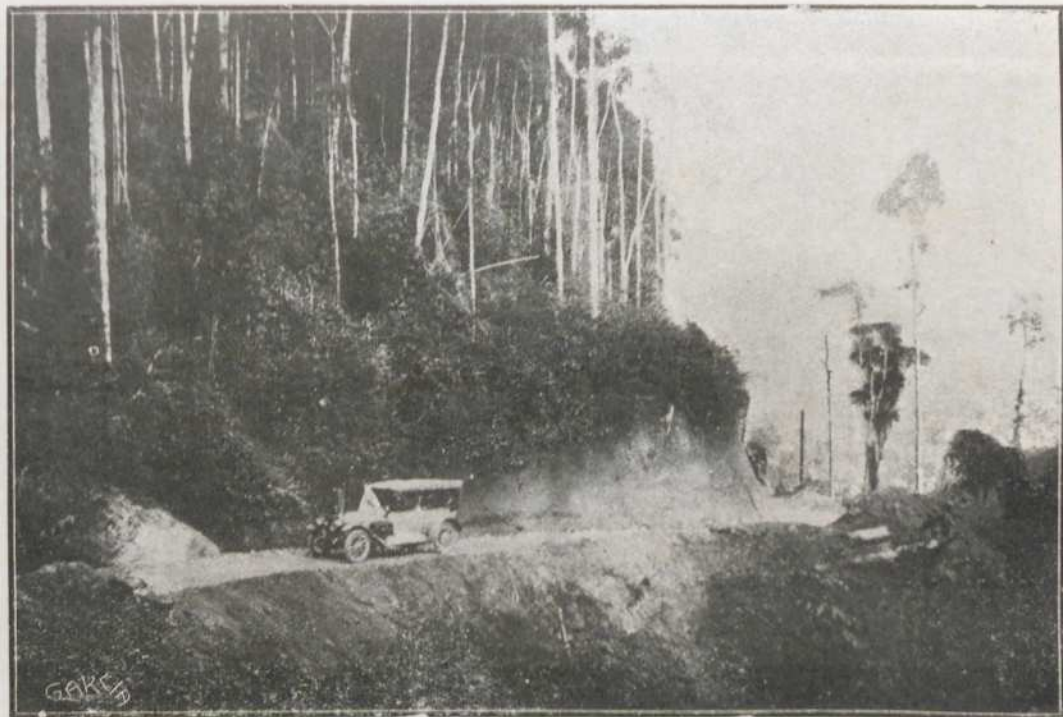
Procedemos assim á reforma da antiga Igreja,



Santa Thereza — A uzina electrica visitada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado



Santa Thereza — Vista da encantadora Villa



Santa Thereza — Ultimos arrancos da Serra do Nunes

côntigua ao edificio do Palacio, adaptando-a a repartições publicas, e a concertos e reparos geraes no Palacio do Governo, edificios do Serviço Sanitario, Gymnasio, Congresso, Chefatura de Policia, Quartel de Policia, Grupo Escolar, Escola Normal, com os quaes se despenderam as seguintes importancias :

1916	89:355\$567
1917	134:317\$186
1918	153:364\$620
1919	196:954\$006
	574:191\$379

VIAÇÃO

Grande foi o nosso empenho, durante quatro annos de governo, no desenvolvimento da viação do Estado, em geral, e especialmente das estradas de rodagem carroçaveis, estabelecidas de accordo com a technica moderna. Sem querermos, de forma alguma, diminuir o valor e o trabalho das administrações que nos precederam, não é de mais relembrar o pouco que se havia conseguido, até 1916, em materia de viação. Não havia o plano geral indispensavel á completa efficiencia das estradas de rodagem, nem tão pouco dispunhamos de um mappa do Estado que nos permittisse, desde logo, a organização delle, ao menos provisoria. Salvo raras excepções, as estradas de rodagem, entre nós, não davam passagem senão a cargueiros ; este era o systema geral de transporte auxiliar, destinado a alimentar as vias ferreas, que cortam nosso territorio, e a reduzida extensão de rios navegaveis. Não se havia tentado, ainda, introduzir os vehiculos de

rodas no transporte dos productos lavoureiros, salvo em zonas mui restrictas, e assim mesmo, sendo o carro de bois o unico exemplar então em uzo.

Fizemos resaltar em nossa ultima mensagem a importancia das boas vias de communicacão e sua necessidade no Espirito Santo, cujas terras marginaes ás vias ferreas actuaes se exgottam, obrigando-nos ao aproveitamento de zonas incultas, afastadas dos meios de vehiculacão, rapida e economica, de quaesquer mercadorias. Dispensamo-nos de repetir os argumentos e conceitos emittidos a tal respeito.

Deante da necessidade e do estado depioravel dos caminhos sertanejos, em condições de quasi imprestabilidade até para o transito do cargueiro primitivo, era necessario agir rapidamente e com a segurança e o criterio indispensaveis á obtenção de resultados duradouros.

Pelo conhecimento que já tinhamos do Estado e pelos reclamos que sempre se fizeram ouvir de vias de communicacão fáceis, pudemos desde logo acudir ás regiões mais necessitadas.

Assim, em nossa primeira mensagem indicamos quaes as estradas de rodagem que iriam merecer inicialmente a nossa attenção.

Affonso Claudio é considerado, com razão, o municipio mais central do Estado, já pela sua posição geographica, já por não ter até hoje meio regular de communicacão rapida com o exterior.

Sua séde, a cidade de Affonso Claudio, dista quatorze leguas do Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, quatorze leguas, igualmente, da estação do Castello, no extremo de um dos ramaes da E. F. Leopoldina e ainda quatorze leguas da estação de Araguaya, na linha ferrea Sul Espirito Santo, e finalmente dezenove leguas da es-



S. Thereza — Automoveis galgando a serra dos Polacos



Santa Thereza — Varzea do Timbuhy e entrada da villa

tação de Baixo Guandú no kilometro 200 da E. F. Diamantina.

Por outro lado, é uma zona de terras fertilissimas, mui procurada pelos povoadores das antigas colonias de Santa Maria, Santa Leopoldina e Santa Izabel, onde não encontram mais compensação para os trabalhos culturaes.

Para lá foram, portanto, encaminhadas as primeiras explorações, com o intuito de ligar-lhe a séde com a E. F. Leopoldina, no ponto que mais conveniente fosse julgado para tal fim.

Verificando, porém, depois, pelas estatisticas de dous annos consecutivos, o montante e o modo de se distribuir a producção cafeeira de Affonso Claudio, que se encaminhava, em mais de 75 %, para o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, no extremo navegavel do rio Santa Maria da Victoria, consideramos ser grave injustiça desviar dahi tão grande corrente de exportação e de commercio, a qual se formou e se adensou expontaneamente, sob o incentivo unico das excepçõaes condições commerciaes, dos habitos de negocio e das tradições de actividade da praça mais importante do interior do Estado.

Estrada de Santa Leopoldina a Santa Thereza

Os estudos posteriores vieram demonstrar, claramente, quanto andámos acertados adoptando definitivamente, como traçado da via carroçavel principal para Affonso Claudio, o que partindo de Santa Leopoldina, para lá se encaminha por Santa Thereza e Figueira de Santa Joanna,

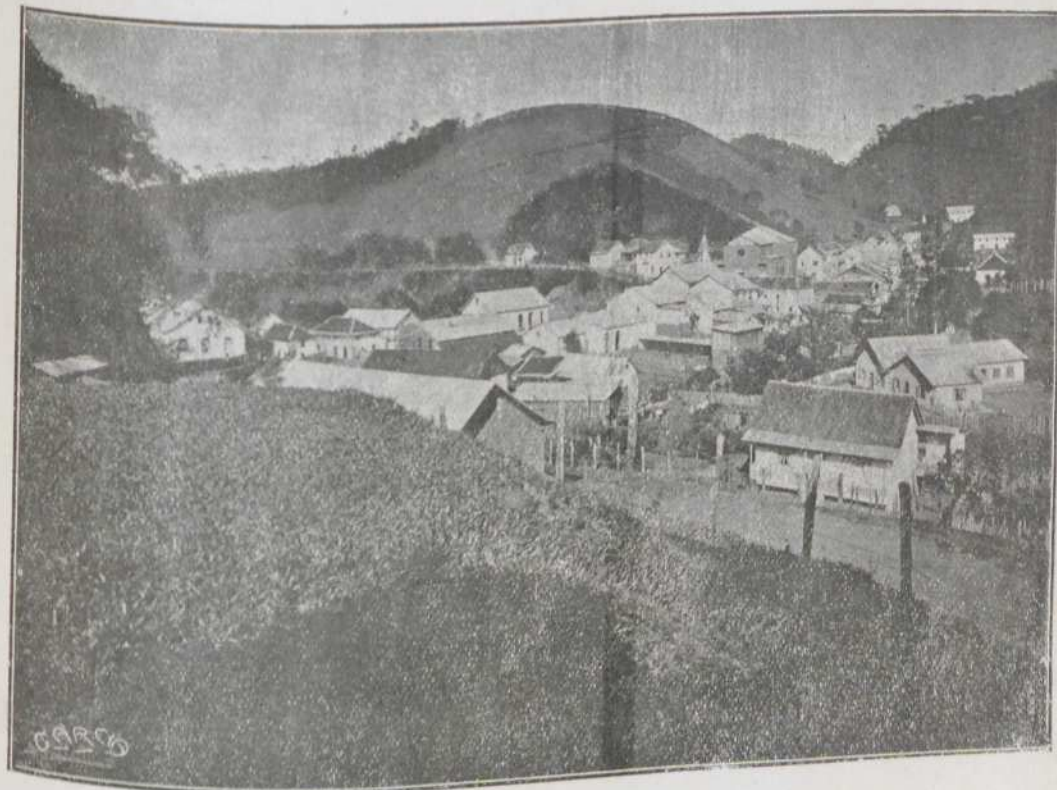
De uma só feita esta estrada de rodagem serve a

tres ricos municipios do interior, e vencida a encosta do planalto de Santa Thereza, que se separa do valle do Santa Maria da Victoria pela serra dos Polacos, ella se desenvolve em rampas e declives, não excedente de seis por cento, atravez de regiões fartamente colonizadas e em franca producção cafeeira.

Para Santa Thereza converge toda a producção do rico municipio deste nome, que alimenta, ha mais de anno, o trafego de auto-caminhões nos trinta kilometros que separam aquella villa da cidade de Santa Leopoldina. Dos beneficos effeitos das vias carroçaveis é prova a transformação rapida da encantadora villa, mal conhecida ha quatro annos e hoje um dos mais attrahentes recantos do Espirito Santo, com agua, luz, telephones e movimento commercial sempre crescente.

Ao encontro de nossos intuitos e no afan de ser levada a effeito immediatamente essa estrada, vieram os altos representantes do commercio de Santa Leopoldina, com apoio dos quaes pudemos, em epoca de finanças apertadas, dar inicio e levar-lhe por diante a construcção de modo decisivo. Deter-nos-emos com minucias, mais de espaço, no esclarecimento dos contractos lavrados para sua execução, occupando-nos, por emquanto, de seu traçado e construcção.

Em fins de Novembro de 1916, fizeram-se os primeiros reconhecimentos para o traçado da estrada e o julgamento de sua oportunidade. Desde logo verificamos que se nos defrontava uma obra dispendiosa, mas indispensable; pois, de facto era quasi impraticavel o transito de cargueiros nas serras do Alvarenga, do Nunes e dos Polacos, todas de travessia forçada no percurso de Santa Leopoldina a Santa Thereza. E nos viamos, assim,



Santa Thereza — Kilometro 30 da estrada



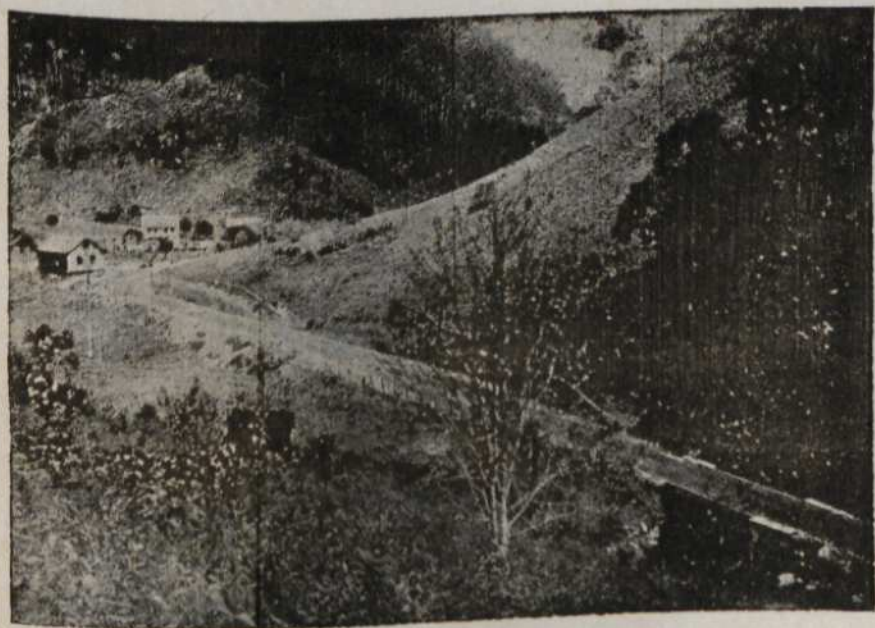
Santa Thereza — A Serra do Alvarenga



SANTA THERESA



Santa Thereza — Excursão presidencial na
Colônia Tyroleza



Santa Thereza — Ponte do Balanço e colônia do Teixeira

deante do dilemma, de iniciar logo a construcção de uma estrada verdadeiramente carroçavel, que resolvesse definitivamente o problema de ligação das duas localidades, ou dispendermos, provisoriamente, cerca de 60:000\$000 em reparos da velha estrada para continuação somente do movimento de *tropas*.

Em 11 de Março de 1917 nós decidíamos pela primeira solução alvitrada, e em Setembro seguinte importavamos os primeiros caminhões para o serviço da estrada.

Em Julho do anno seguinte, mais dous caminhões e um automovel de passeio chegavam a Santa Leopoldina. A' 15 de Agosto de 1918, entravam em Santa Thereza os primeiros vehiculos automoveis, desfazendo-se de vez a desconfiança natural do povo do interior por emprehendimentos dessa natureza.

Já hoje não causa surpresa a viagem de Santa Leopoldina a Santa Thereza ; mas, quem percorrer attentamente a importante obra realizada, poderá concluir das difficuldades vencidas na sua construcção.

Um grande viaducto em curva e rampa, uma ponte de 15 metros em dous vãos, uma ponte de 11,40, esconsa num unico vão, são as obras de maior vulto ; innumerous muros de arrimo, varias pontes menores, pontilhões e boeiros, sem conta, bordam-lhe o amplo leito.

E' por isto que sua construcção se elevou a cerca de 480:000\$000.

Desde 11 de Maio de 1919, data de sua inauguração official, tem a estrada trafegado normalmente até hoje, transportando mercadorias e passageiros em movimento crescente, de accordo com o quadro seguinte :

Companhia de Viação Geral— Estrada de Rodagem

“Bernardino Monteiro”

Demonstração da renda bruta durante o periodo de Março de 1919 a 31 de Março de 1920

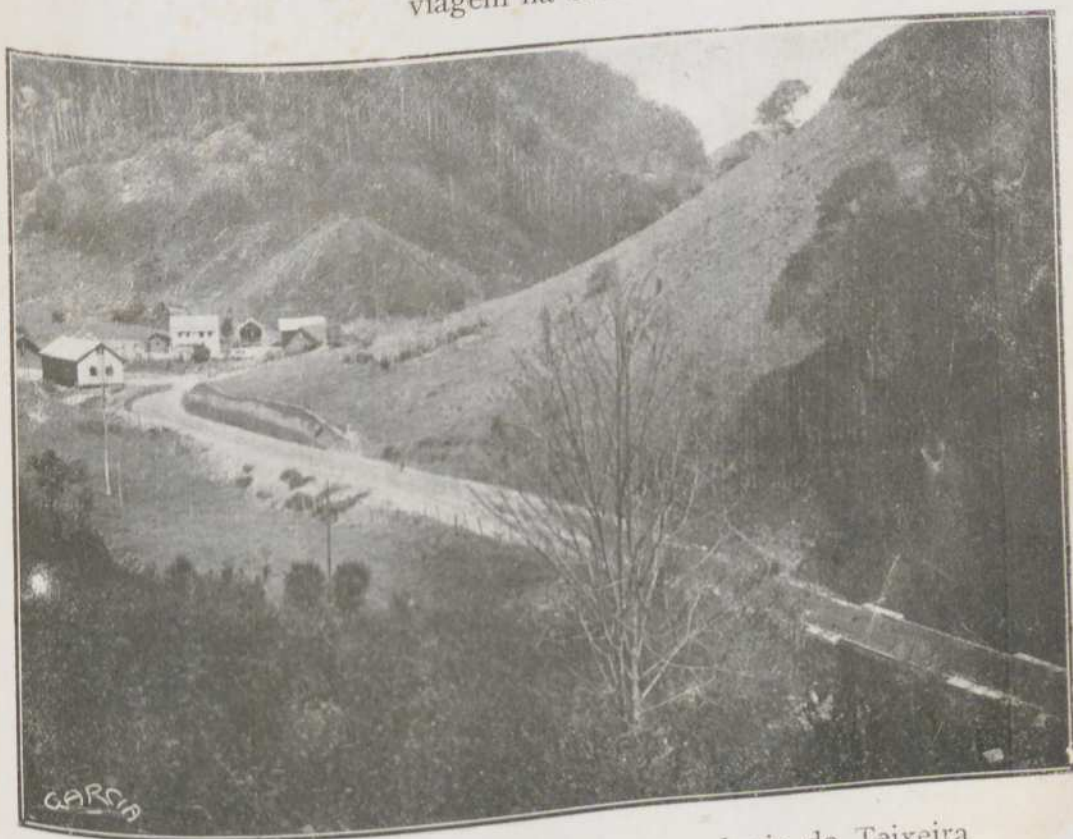
MEZES	Passagens	Diversos	EXPORTAÇÃO		Importação		
			MERCADORIAS		Café		
			Peso	Fretes	Sacos	Fretes	
1919							
Março . . .	1:118\$000	210\$000	64.499	1:572\$675	2.094	3:100\$000	6:000\$775
Abril	1:588\$000	15\$500	75.709	1:614\$750	3.702	5:567\$000	8:780\$250
Mai	922\$000	373\$850	170.958	2:982\$750	3.707	5:532\$925	9:761\$525
Junho	1:405\$500	1:305\$300	149.856	3:308\$450	4.131	6:146\$750	11:896\$000
Julho	1:452\$000	593\$350	162.594	3:581\$350	6.914	10:532\$300	16:159\$000
Agosto . . .	1:413\$000	443\$900	179.739	2:787\$750	7.222	10:919\$900	16:564\$550
Setembro . .	854\$000	238\$900	190.936	5:403\$200	8.136	15:126\$400	21:602\$500
Outubro . .	1:026\$500	365\$850	191.648	5:261\$700	9.606	20:404\$500	27:058\$550
Novembro . .	806\$000	230\$500	160.831	4:543\$750	8.109	16:783\$550	22:363\$800
Dezembro . .	947\$000	276\$850	172.852	4:814\$300	5.920	12:931\$900	18:970\$050
1920							
Janeiro . . .	1:990\$500	625\$650	205.276	5:747\$850	7.009	15:198\$150	23:562\$150
Fevereiro . .	2:317\$000	318\$000	171.429	4:671\$450	6.003	12:300\$250	19:606\$700
Março	1:814\$500	157\$000	184.643	5:120\$300	6.805	13:856\$000	20:947\$800
	17:629\$000	4:884\$650	2.080.970	52:060\$275	49.855	140:099\$625	200:143\$550

A empresa, que mantém este serviço de trafego, dispõe de 11 auto-caminhões, um carro Alpino para passageiros e um carro de passeio.

Durante este periodo, as despesas de custeio se elevaram a 304:080\$310 de accordo com o quadro seguinte :



Santa Thereza — O Bispo do Espirito Santo quando em viagem na estrada



Santa Thereza — Ponte do Balanço e colonia do Teixeira

Resumo dos quadros demonstrativos das despesas effectuadas com o trafego e conserva- va da estrada.

Periodo de Janeiro de 1918 a 31 de Março de 1920

		4:577\$900
1918	Turma de conserva	13:699\$756
	Mac-adam	991\$260
	Officinas	2:047\$200
	Chauffeurs e Garage	705\$260
	Assistencia	2:453\$700
	Material para carros	13:174\$980
	Combustiveis e Lubrificantes	<u>39:659\$930</u>
		32:121\$350
1919	Turma de conserva	26:936\$600
	Mac-adam	5:101\$450
	Officinas	22:738\$840
	Chauffeurs e Garage	2:130\$000
	Assistencia	47:313\$560
	Material para os carros	57:929\$130
	Combustiveis e Lubrificantes	<u>194:270\$920</u>
		9:060\$450
1920	Turma de conserva	6:066\$250
	Mac-adam	1:305\$700
	Officinas	8:468\$900
	Chauffeurs e Garage	2:278\$500
	Assistencia	26:015\$760
	Material para os carros	16:953\$900
	Combustiveis e lubrificantes	<u>70:149\$460</u>
		<u>304:080\$310</u>

A comparação da receita bruta com a despesa effectuada accusa um *deficit*, até Fevereiro de 1920, de 80:806\$760.

Elle se explica pela falta de estarem excluidos, das despesas de custeio, os trabalhos de macadamisação e conservação do leito, que mereceram grande attenção durante todo o anno de 1919.

Os trabalhos de construcção da estrada, além de Santa Thereza, proseguem com a possível actividade, tolhido em grande parte o vehemente desejo em incentivar-os pela difficuldade crescente de braços, apesar dos salarios elevados.

Mesmo assim, conseguimos levar o leito provisório até á divisa dos municipios de S. Thereza e S. Leopoldina, 28 kilometros além de Santa Thereza e 14 kilometros a quem de Figueira de Santa Joanna, e o leito definitivo, sem macadamisação, até o kilometro 10.

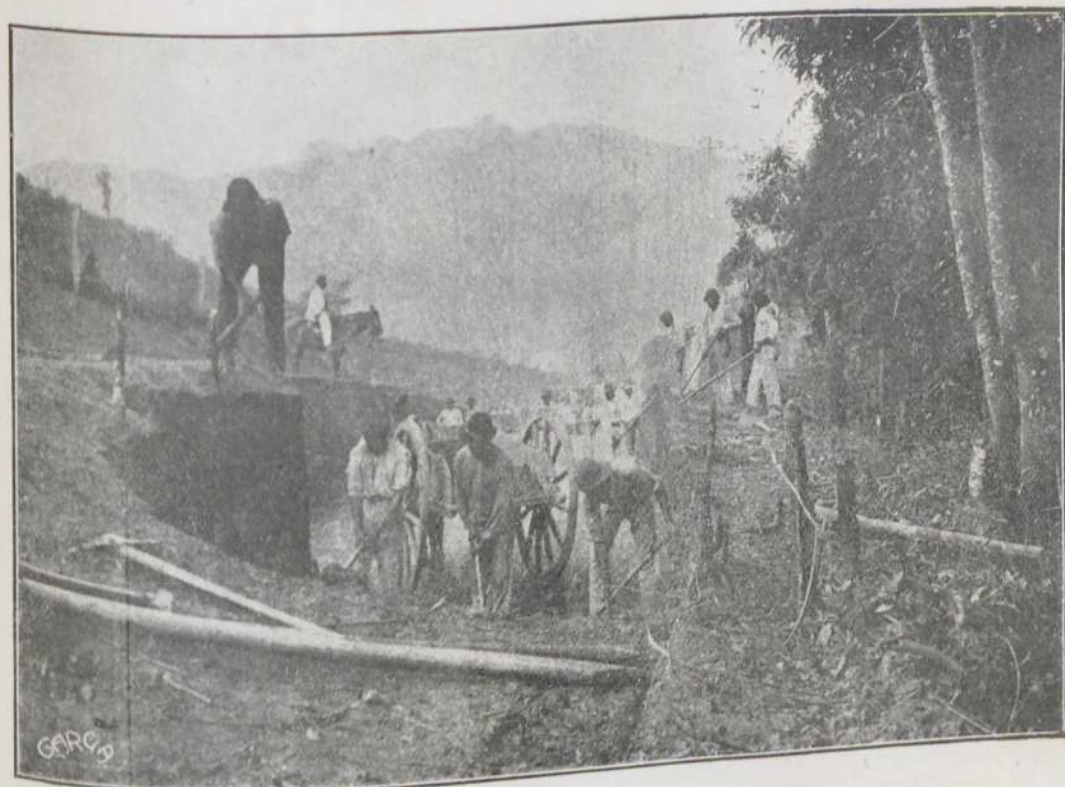
Cumpre-nos agora entrar na apreciação dos contractos, aos quaes antes nos referimos.

O primeiro, de 20 de Fevereiro de 1917, foi lavrado entre o Governo do Estado e as firmas commerciaes J. Reisen, Vervloet Irmãos & Comp., Franz Muller & Comp. Por elle tinham ellas o privilegio durante 15 annos para exploração da estrada, o auxilio de 80 contos para o primeiro trecho de Santa Leopoldina a Santa Thereza, e mais 120 contos para o segundo trecho de Santa Thereza a Affonso Claudio, obrigando se a darem o serviço prompto, até esta cidade, no praso de cinco annos.

Em requerimento posterior os concessionarios allegando difficuldades extraordinarias, encontradas na construcção do 1º trecho, pediram reforma do contracto, e augmento das subvenções para 200 contos no 1º trecho e 200 contos no segundo.

Submettida esta pretensão á approvação do Congresso, foi ella approvada e deu logar á assignatura do segundo contracto, de accordo com o qual podia o Estado resgatar o 1º trecho da estrada pela importancia de 360:000\$000, quando julgasse conveniente.

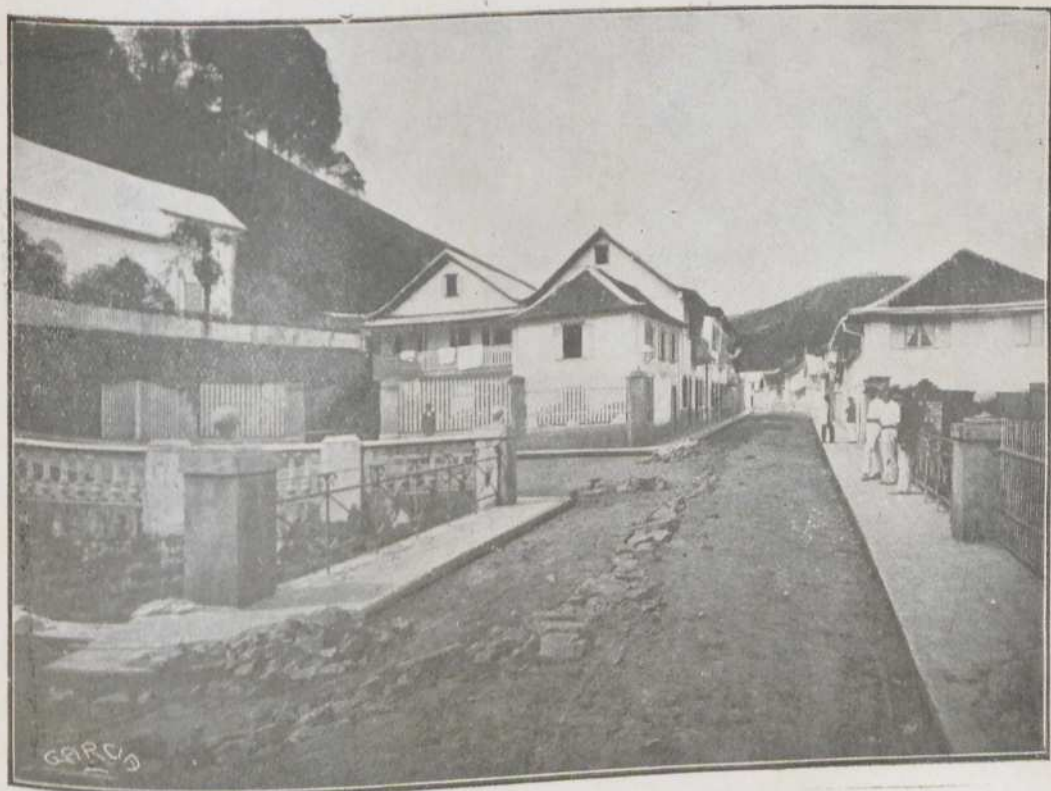
Foi baseado nesta disposição que procedemos á encampação de toda a estrada, acceitando a proposta feita



Santa Thereza — Ultimos cortes da estrada



Santa Thereza — Vista da encantadora Villa



Santa Thereza — Rua principal da Villa



Santa Thereza — Ponte da Prata

pelos concessionarios em data de 31 de Dezembro de 1919.

Transcrevemos para aqui o que a respeito escreveu o Director do Serviço de Viação, em nosso Órgão Oficial em 13 de Fevereiro proximo findo, relativamente a este assumpto, em rebate ás accusações que appareceram em jornal do Rio de Janeiro.

«Ultimados os pagamentos a que o Estado se obrigou pelo resgate da estrada, ella ficar-lhe-á custando.... 617:000\$000, sendo : 200:000\$000 como auxilio á construcção, pagos em prestações mensaes no periodo de tres annos (1917—1918—1919) de sua construcção; mais 417:000\$000, em tres prestações de 139:000\$000, tendo sido paga uma em Janeiro deste anno e vencendo-se as outras em Janeiros de 1921 e 1922.

São portanto exactamente 617:000\$000 e não..... 680:000\$000 como se publicou. Si esta importancia se referisse apenas aos trinta kilometros em trafego, corresponderia 23:000\$000 por kilometro, e dahi o primeiro espanto dos adversarios do dr. Bernardino Monteiro.

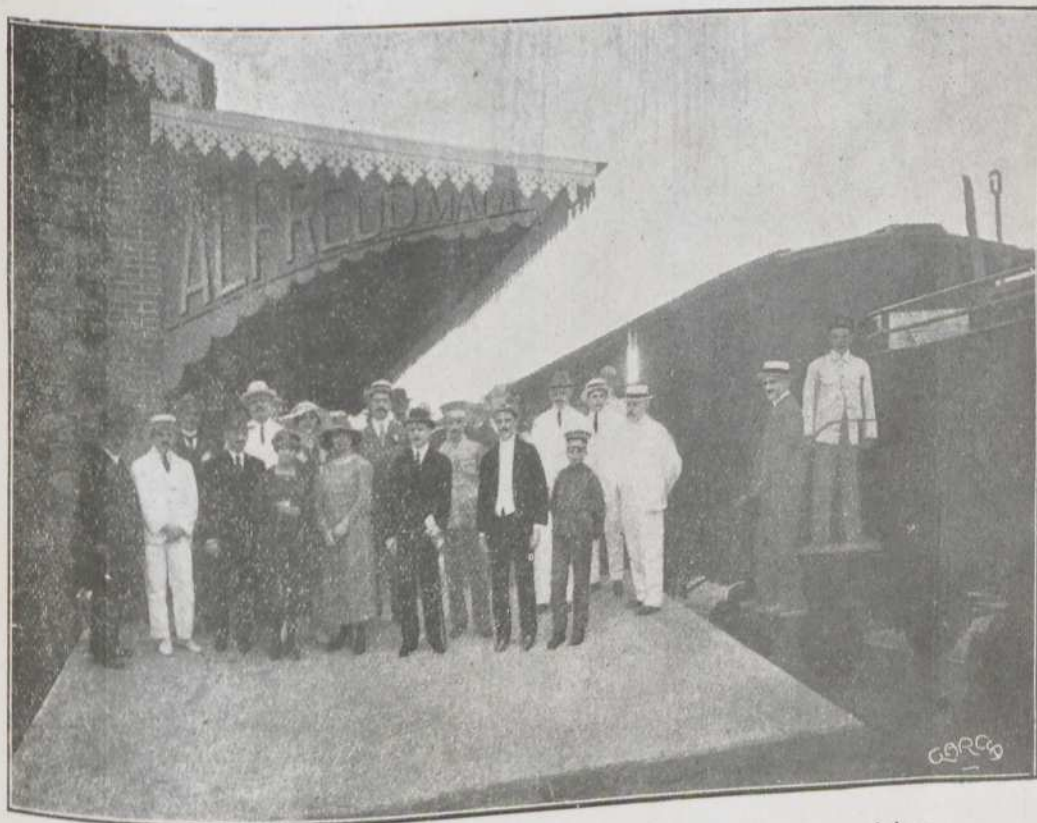
O custo das estradas de rodagem depende das condições technicas que se lhes impõe e da topographia do terreno em que ellas se desenvolvem. Nos chapadões mineiros custam uma insignificancia, o que não impede que o Governo Federal, mui legalmente, ainda lhes conceda a subvenção de 2:000\$000 por kilometro, que quasi lhes cobre as despezas de construcção.

No Espirito Santo devem custar um pouco mais, mórmente si ao custo inicial do leito, em terreno ingratamente accidentado, nos quaes os kilometros se demarcam por innumeradas obras d'arte, se ajuntarem os de um indispensavel preparo da superficie de rolamento e o de material rodante valioso.

Ora, a estrada em questão é das mais difficeis que se tem construido entre nós. No Espirito Santo é, sem duvida, a de mais elevado custo kilometrico. A ligação de Santa Thereza a um ponto de viação ferrea ou fluvial já havia sido tentada em 1911 ou 1912, quando era presidente do Estado o dr. Jeronymo Monteiro, sem resultado pratico, apesar de se haverem despendido, na estrada daquella villa á estação de Fundão, mais de 200:000\$. Foram de tal ordem as difficuldades de terreno, que não se conseguiu levar ao fim a construcção, não se tendo permittido o trafego, nem mesmo de carros de bois, entre os pontos que se pretendia ligar.

A estrada de Santa Leopoldina á Santa Thereza se desenvolve na mesma região do Estado do Espirito Santo em que se tentou abrir a estrada de Santa Thereza a Fundão; visa o mesmo fim economico e commercial; tem aproximadamente a mesma extensão kilometrica; vence maior differença de nivel. Ora, não é demais que nesta dispenda o Estado 617:000\$000 ou mesmo 680:000\$000, quando naquella, em tentativa apenas de construcção, se despenderam mais de 200:000\$000; e isto porque na importancia de 617:000\$000, que vae ser despendida quando ultimados todos os pagamentos, estão incluídos, além do custo da estrada propriamente dita, mais todo o material rodante, tres kilometros de leito definitivo, sem calçamento, além de Santa Thereza, e dezeseite kilometros de leito provisório, em demanda de Figueira de Santa Joanna; e ainda porque ella está sendo trafegada regularmente por auto-caminhões desde 11 de Maio de 1919, tendo transportado, no espaço dos doze primeiros mezes de trafego, 68.000 saccos de café, além de mercadorias de importação e passageiros.

Nunca se fez mysterio do custo elevado desta estrada; della têm apparecido, em jornaes e revistas desta



Santa Thereza — Inauguração da estrada. A comitiva presidencial na estação de Alfredo Maia — Estrada de Ferro Diamantina



Estrada de Santa Leopoldina a Alfredo Maia (Fazenda Neguer)

capital, noticias e photographias, que bem demonstram as difficuldades de sua construcção. Assim, na pag. 710, do «Brazil Ferro-Carril», de 16 de Dezembro do anno passado (ha portanto bem pouco tempo) lê-se, em noticia minuciosa sobre a viação espirito-santense :

«O custo das vias de communicação no Espirito Santo na primeira phase regula ser de 3:000\$000 a 4:500\$000 por kilometro ; em estado definitivo temos sómente a de Santa Thereza, cujo custo se elevou a 16:000\$000 por kilometro *approximadamente*».

Em trinta kilometros, que é a extensão da estrada, tem-se o total de 480:000\$000. Ajuntem os adversarios do dr. Bernardino Monteiro, a isto, o custo de : seis auto-caminhões Saüret, cinco auto-caminhões Mulag, um carro Alpino-Saürer de 14 passageiros, um double-phaeton Benz, e uma moto-cycllette Harley-Davidson, e verão que já se excederá de alguma cousa a importancia a ser completada pelo Estado. E lhes é muito facil saber exactamente do custo do material rodante, aqui no Rio, na Avenida Central 33, com os snrs. Steinberg, Meyer & Comp., que foram os fornecedores de todo este material, que importou no Rio de Janeiro, se não me falha a memoria, em 237:500\$000. Sommem mais a importancia dos 17 kilometros de leito provisório, a 3:000\$000 por kilometro ; de leito definitivo ao preço approximado de 10:000\$000 por kilometro, e verão que o que realmente dispenderam os commerciantes de Santa Leopoldina com a construcção da estrada é bastante mais do que o total que recebe o Estado pelo resgate della, sendo que desse total ainda têm a liquidar duas prestações de 139:000\$000, em 1921 e 1922.

Vem agora o escandalo do arrendamento !

Não é exacto o que affirmaram os adversarios do dr. Bernardino Monteiro. O arrendamento da estrada foi feito por quatro annos, pagando os arrendatarios no primeiro anno 14:000\$000; no segundo 28:000\$000; no terceiro 42:000\$000; e no quarto anno tambem 42:000\$. No fim deste prazo, relativamente curto, terá o governo direito de dar a estrada por arrendamento a outros que offereçam melhores vantagens, ou aos actuaes, em egualdade de condições com outros proponentes, de preferencia. Pelo actual arrendamento, porem, comprometteram-se os arrendatarios a refazerem onde for necessaria e a completarem a macadamisação da estrada, a conservarem convenientemente, entregando em perfeito estado de funcionamento, todo o material rodante, para o que já estão montando officina de reparação, que lhes custará 30:000\$, approximadamente, sendo 8:000\$000 só de uma installação velha e terrenos para este fim adquiridos ao dr. Silva Telles (morador á rua Voluntarios da Patria 185, Rio).

Attendendo a despezas, como estas, indispensaveis ao completo aparelhamento da estrada, ao indispensavel reparo de dous ou tres caminhões, que foram empregados durante dous annos no serviço pesadissimo de construcção, e ao preço actual de todos os artigos indispensaveis ao custeio de um serviço de auto-caminhões (especialmente aros de borracha), é que o governo escalonou as quotas de arrendamento da estrada da forma antes referida.

Resta ainda examinar a *extorsão* que fazem os honrados commerciantes de Santa Leopoldina, cujas firmas respeitaveis são assáz conhecidas nesta praça, de \$400 por sacca de café — um tostão por arroba — para amortizarem as despezas que fazem ou fizeram com a estrada.

Não sei se é do productor que sahe esta contribui-



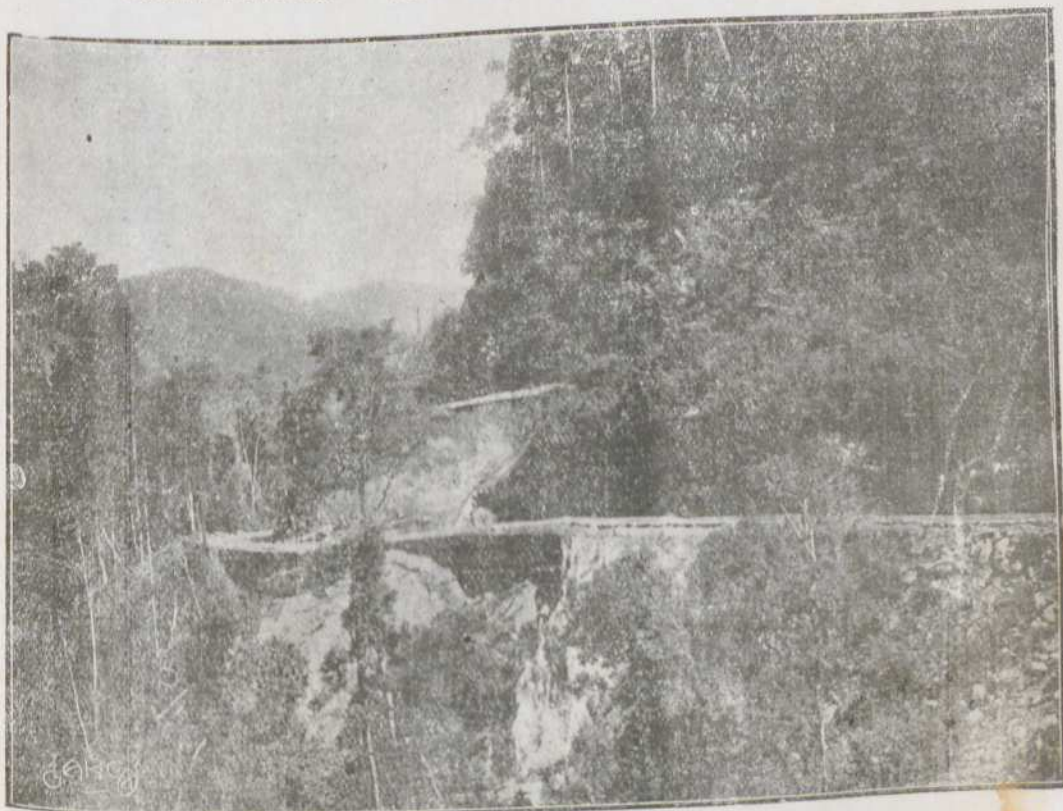
Santa Thereza — Visita do Presidente do Estado a uma colonia



Santa Thereza — Serra do Nunes



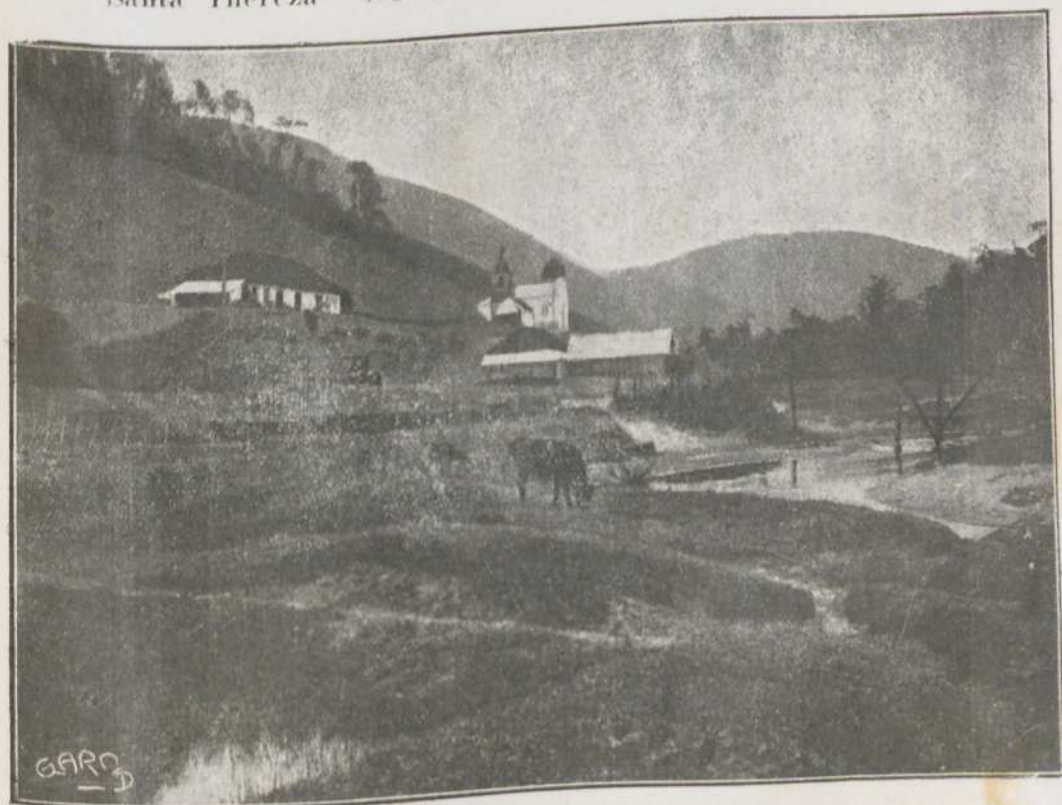
Santa Thereza — Varzea do Timbuhy e entrada da Villa



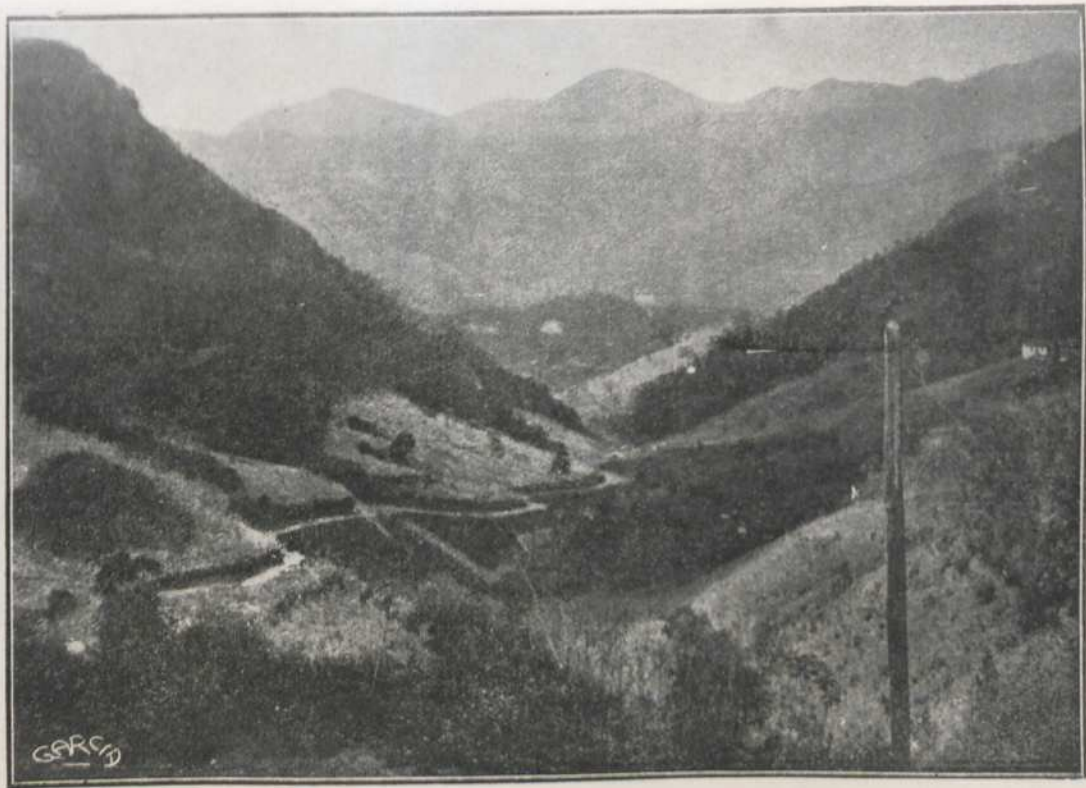
Santa Thereza — Um trecho difficil da Serra do Alvarenga



Santa Thereza — Do viaducto D. Benedicto a Figueira



Contraste significativo. Compressora na estrada de S. Thereza e ponte da mallograda estrada do Fundão



Santa Thereza — Serra do Nunes

ção ou se dos lucros do proprio commercio nas transacções de café, o que deve ser regulado entre elles. Não se pode deixar de reconhecer que é um meio logico, e até engenhoso, de se pagarem os concessionarios da importancia que dispenderam na construcção, aparelhamento e prolongamento da estrada, a maior de que a que receberam do Estado, feitos por estes todos os pagamentos».

Bem se vê que não foi tão lucrativa, como parece a primeira vista, a transacção que fizeram os honrados commerciantes de Santa Leopoldina, quando se compara a receita bruta da estrada com a despesa realizada no mesmo periodo e que constam dos quadros precedentes.

E' certo que dia a dia melhoram as condições de exploração da estrada, mas o lucro liquido não será de molde a dar margens voltuosas, depois de pagas as prestações de arrendamento estipuladas na escriptura.

E o Estado garantiu rendimento de 10 % ao capital que emprega na compra dos serviços executados e do material rodante da estrada, cuja 'aquisição se elevou a mais de 237:500\$000.

Tomou o Governo a seu cargo o prolongamento da estrada para Affonso Claudio, tendo procurado dar a este serviço o melhor desenvolvimento possível.

Estrada de Alfredo Maia a Santa Leopoldina

Já de ha muito vinha sendo reclamada a reabertura da estrada de Alfredo Maia a Santa Leopoldina, na extensão de 24 kilometros, para o fim de se facilitarem as communicações entre Victoria e aquella cidade. Era o aproveitamento da antiga estrada Costa Pereira, que se impunha, para reduzir, a duas e meia horas de viagem, um percurso que se realizava em seis longas horas de viagem fluvial, por demais incommoda.

Depois de havermos verificado pessoalmente a conveniencia e necessidade deste serviço, ordenamos, em Julho do anno passado, que fosse elle iniciado. Conseguimos com o dispendio total de quarenta e tres contos de réis restabelecer na estrada Costa Pereira o trafego de vehiculos, e hoje é ella aproveitada regularmente para o transporte de passageiros, em automoveis.

Poderia ter sido inaugurada desde Dezembro do anno passado, se chuvas torrencias não a houvessem damnificado nessa occasião.

Tivemos de reformar e refazer quasi todas as pontes, algumas bem extensas, como a do ribeirão Crubichá, dentro de Santa Leopoldina, com 16 ms. de vão total, e a de Nazareth, com 38 ms. de vão total, sendo um delles de 18 ms.

Estrada de Marechal Floriano a Affonso Claudio

Apezar de havermos resolvido encaminhar por Santa Leopoldina a estrada de rodagem principal para Affonso Claudio, aproveitamos as indicações que nos foram fornecidas pelos estudos que se fizeram entre aquella cidade e a estrada de ferro Leopoldina, para a abertura de uma estrada, servindo ao Municipio de Santa Izabel, prolongando-se, de futuro, até Affonso Claudio, atravessando o planalto de Santa Maria no municipio de Santa Leopoldina.

Iniciaram-se os trabalhos em Agosto de 1917, para serem interrompidos, quando apenas 800 metros se haviam aberto de estrada, com o barbaro assassinato do Coronel Maximiliano Sallocker, a quem se havia commettido o encargo de dirigir os trabalhos da estrada.

Reencetados, por administração, foram depois contractados e, assim, aberta uma estrada provisoria em

grade definitiva até Sapucaia, com a extensão total de 24 kilometros.

Desmontada algumas pedreiras e terminadas as pontes sobre os rios Fundo e Braço Sul, poderá a estrada dar passagem a carroças e caminhões automoveis de pequeno peso em todo o seu percurso.

Estrada de Alegre a Rio Pardo

Grande desenvolvimento tiveram os trabalhos de abertura da estrada de Alegre a Rio Pardo, que é a mais necessaria, sob todos os pontos de vista, depois da de Santa Leopoldina a Affonso Claudio.

Rio Pardo communica-se actualmente com o exterior por Espirito Santo do Rio Pardo (Muniz Freire) e Castello.

Apezar dos grandes melhoramentos da estrada entre estas duas ultimas localidades, ainda são muito precarias as condições de transporte de mercadorias entre Rio Pardo e Castello.

Será economicamente impossivel realizar-se uma estrada carroçavel, substituindo a actual de cargueiros, tal as grandes differenças de nivel a vencer em percursos relativamente curtos, em terrenos extraordinariamente acidentados. Não tanto assim entre Rio Pardo e Muniz Freire; porém, entre Muniz Freire e Castello, num percurso de 36 kilometros, ha que se vencer a serra do Apollinario ou Quatorze Voltas, cuja garganta se acha á cerca de 740 metros de altitude; Muniz Freire de um lado, está á menos de 500 metros e de outro, Castello, á 100 metros de altitude apenas.

Por outro lado, entre Alegre e Rio Pardo existem grandes extensões de terrenos incultos e de boa qualida-

de, principalmente para cereaes, de que já se faz regular exportação. A estrada, lançada entre as duas localidades, não apresenta declividade de mais de 6 % e se desenvolve sempre em terrenos muito aproveitaveis. Além disto, sua extensão foi julgada apenas de 60.500 metros ou um pouco inferior a de Rio Pardo a Castello.

Denunciou o reconhecimento desta estrada a larga extensão de latifundios no municipio do Alegre, que muito lhe entravam o desenvolvimento, porque os proprietarios acham, naturalmente, mais facil esperar pelos lucros decorrentes da valorisação das terras do que de sua cultura. Para avaliar da extensão deste mal, basta notar que o primeiro traçado da estrada Alegre e Rio Pardo cortava, em cerca de $1/3$ do seu percurso, uma unica propriedade.

Modificado para o actual, ainda se conserva na extensão de 8 kilometros dentro della, hoje retalhada pelo fallecimento do proprietario.

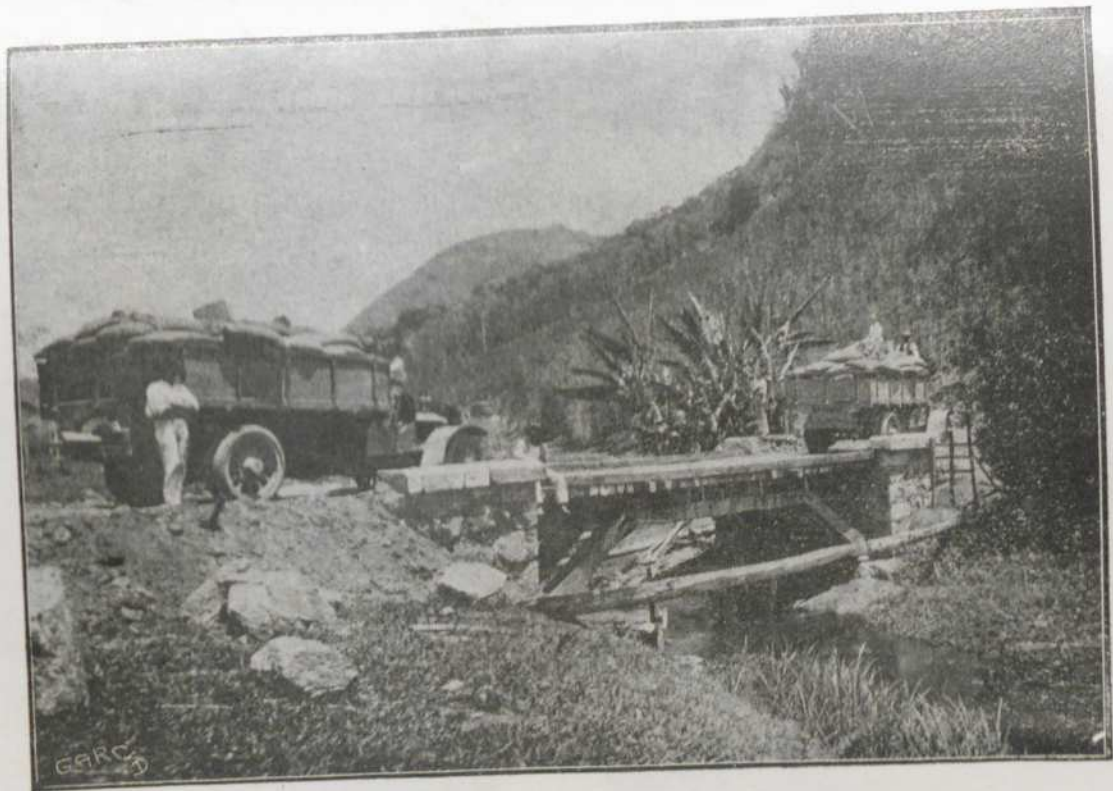
Os reconhecimentos para o traçado Alegre-Rio Pardo tiveram inicio em Agosto de 1918, e prolongaram-se até fins de Setembro do mesmo anno, quando foi iniciada a locação da estrada, que foi levada até o kilometro 42.

Em 11 de Janeiro de 1919 foi assignado, com o Coronel Dulcino Pinheiro, contracto para sua execução, que teve inicio em Fevereiro do mesmo anno.

Em Novembro de 1919, percorremos os primeiros 13 kilometros da estrada, do que tivemos magnifica impressão. Depois disto foram nella introduzidos um autocaminhão e um carro Ford para passageiros.

Actualmente a estrada se estende até o kilometro 22 tendo vencido a encosta da serra da Prata, que é o trecho mais pesado de seu percurso.

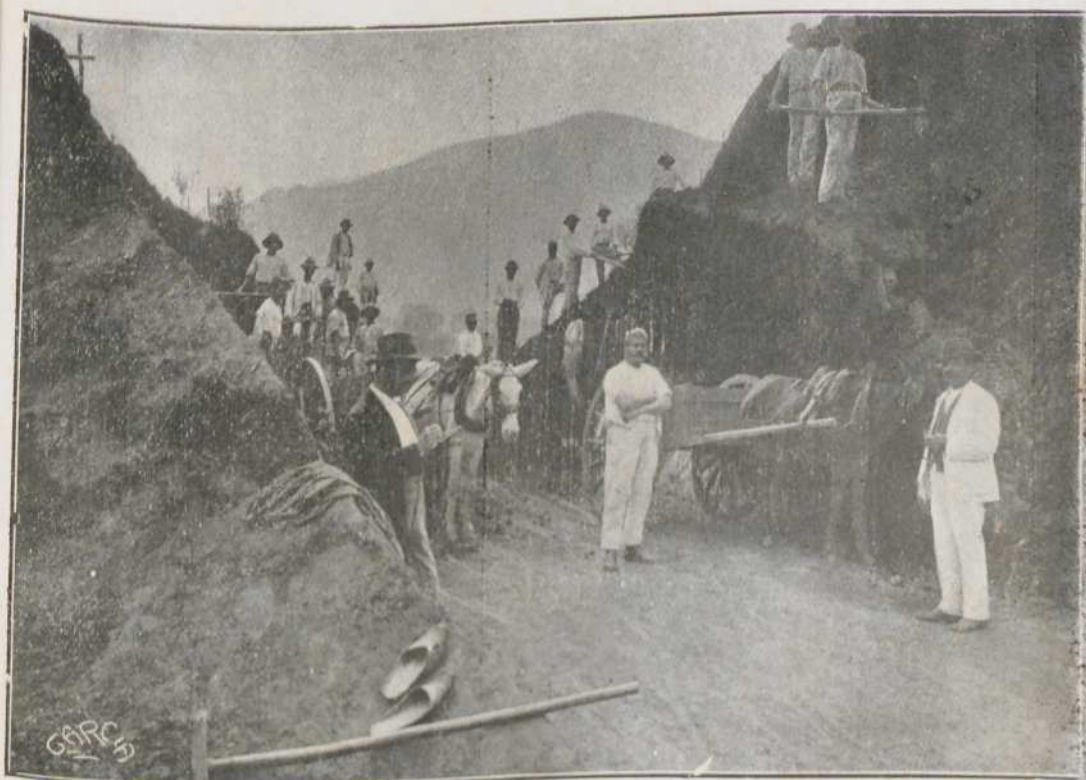
Cumpre notar que esta estrada serve de permeio



Santa Thereza — Ponte do Timbuly



Santa Thereza — Comitiva presidencial



Santa Thereza — Ultimos cortes da estrada

á fralda da serra do Caparaó, abrindo assim uma zona de clima saluberrimo, comparavel aos dos Campos do Jordão no Estado de S. Paulo.

Em connexão aos reconhecimentos para esta estrada mandamos proceder a um outro, visando dar sahida aos productos do Municipio do Espirito Santo do Rio Pardo, por Alegre ou por um ponto conveniente do ramal do Alegre, da Estrada de Ferro Leopoldina, e aqui descrevemos rapidamente o projecto da estrada a que elle deu logar e cuja construcção futuramente se impõe.

Ella deve partir da estação de Reeve, no ramal do Alegre; subir margeando o Itapemirim, até sua confluencia com o ribeirão S. Simão. Ha já ahi uma boa ponte sobre o Itapemirim (ponte do Agenor) que pode ser aproveitada para se passar para o valle de S. Simão, que deve ser acompanhado até seu divisor com aguas do ribeirão Amorim. Destas, com facilidade, se transpõe para a estrada existente, de Muniz Freire a Castello, porém, sem haver mais necessidade de cortar a serra das Quatorze Voltas,

Esta estrada, cuja extensão total é de cerca de 7 leguas, pode ser executada nas mesmas condições da de Alegre a Rio Pardo, isto é, no limite maximo de declividade de 6 %. Serve ao valle alto do Itapemirim em geral e mais a Itaipava, S. Lourenço, Alambarys, Varjão e outras ricas zonas dos municipios de Alegre e Espirito Santo do Rio Pardo.

Estrada de Castello a Conceição do Castello

Apezar de não estar comprehendida em nosso programma inicial, resolvi dar inicio á construcção de uma estrada carroçavel de Castello a Conceição do Castello, no municipio de Cachoeiro de Itapemirim. São co-

nhecidas, pela sua fertilidade, as terras de S. João, Monforte, Angá e Boa Esperança, que se intercalam neste percurso e uma immigração expontanea de italianos e italo-brasileiros de Alfredo Chaves, e outros municipios, de terras exliaustas, para ellas tem convergido, adensando-lhes a população.

A estação de Castello exportou em 1918, cerca de 56.000 saccas de café; descontadas 25.000 saccas de Espirito Santo do Rio Pardo, restam 30.000 saccas para o districto de Castello propriamente dito.

Ora, é o café que está pagando a construcção das estradas de rodagem, portanto, a exportação do café, depois da necessidade de se abrirem novas regiões para a extensão de sua cultura, nos deve guiar na distribuição dos beneficios das estradas de rodagem.

Pelo conjunto destas razões, que se resumem em producção de café, capaz de assegurar desde logo recursos para construcção de uma estrada, que vae abrir novas zonas para extensão da cultura da generosa rubiacea, se impunha a construcção da estrada de Castello a Conceição do Castello.

Procedemos, a partir de Fevereiro de 1919, ao reconhecimento para a estrada em questão com toda minucia indispensavel, pois varias soluções se figuravam possiveis para seu traçado. Ficou patente que o caminho melhor será o que, partindo de Castello, acompanhar pequena extensão do rio Caxixe, que é cortado em ponto proximo de sua barra com o Castello. Passa-se de suas aguas para as do correjo Quilombo e, desenvolvendo no espigão, que divide os dous braços desse ribeirão, ganha-se em rampa de seis por cento a garganta Catulino, no divisor de suas aguas e das do correjo Antiportã,



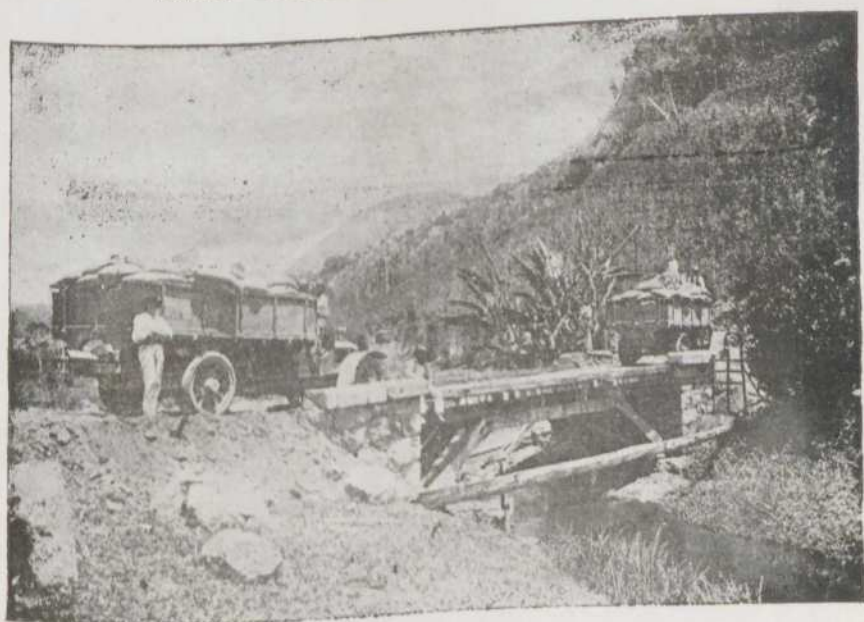
Santa Thereza — Comitiva presidencial em viagem de inspecção do prolongamento da estrada



Santa Thereza — Varzea percorrida pela estrada



Santa Thereza — Cachoeira do Lençol



Rio Santa Maria da Victoria



Santa Thereza — Comitativa presidencial em
viagem de inspecção pelo municipio



Santa Leopoldina — Rio Santa Maria

affluente do ribeirão São João. Da garganta Catulino ao alto da cascata do Antiportã, foi necessario abrir a estrada em rocha viva, com pequenas interrupções de terra e moledo, na extensão de 820 ms., é a pedreira de Abundancia, na qual já transitam cavalleiros, aproveitando-se do encurtamento de 3.800 ms., que a nova estrada offerece, em relação a antiga, para os que, vindo de Conceição, se destinam a Castello ou vice-versa. Este encurtamento e mais a circumstancia de se poder afastar a estrada da margem do rio Castello, em extensão grande, de difficil adaptação para uma estrada carroçavel e peor conservação futura, foram as determinantes de preferirmos o traçado adoptado embora havendo nelle um trecho difficil a vencer, como este da pedreira da Abundancia. Acompanhará a estrada o correjo Antiportã para depois, em curta extensão, descer o ribeirão São João, até a barra do Ribeirão Boa Esperança; por este subirá; depois pelo seu affluente Montevideo, até vencer o divisor que o separa das aguas do Angá. Por ellas descera então até a margem do Castello, cujo curso acompanhará, subindo até Conceição. A estrada estende-se por 36 kilometros, atravessando zonas de muita madeira, principalmente pe-roba, ou de terras fertilissimas nas vertentes de Boa Esperança e Angá, estas ultimas já fartamente colonizadas. Prolongada futuramente a estrada de Castello á Conceição, além desta ultima localidade, servirá não somente as terras do antigo nucleo colonial Costa Pereira, como ao Municipio de Affonso Claudio, nas vertentes superiores dos rios do Peixe, Guandú, Cobra e outros menores.

Estrada de S. João do Muquy a Conceição do Muquy

Mais tres estradas se impuzeram a nossa consideração no sul do Estado: de São João do Muquy a Conceição do Muquy, de São Pedro de Itabapoana á



Estrada de Ferro Leopoldina, e de Bom Jesus de Itabapoana á São José do Calçado. O Município de São João do Muquy, o de mais recente criação no Estado, é entretanto um dos de mais evidente progresso. Desviou do Mimoso, (cujos habitantes não souberam aproveitar-se de oito annos de parada da Estrada de Ferro ahi, para firmarem-se no predomínio commercial do Município de São Pedro), quasi todo o commercio das zonas novas e mais promissoras desse ultimo Município; de forma que, sendo pequena a sua producção propria de café, exportou em 1918 cerca de 52.000 saccos deste producto. Aplaiar, tanto quanto possivel, as difficuldades de transporte de tão importante massa de exportação, era dever de justiça e devida recompensa do Governo do Estado ao pequeno e exemplar municipio do sul, que tão bem e republicanamente se tem sabido orientar. Ordenámos, portanto, logo após os necessarios estudos, a coastrucção de um primeiro trecho de estrada de Muquy á Tres Barras, com a extensão approximada de 13 kilometros, dos quaes os 6 primeiros galgam a serra de Monte Alegre, em rampas maximas de 6% e um tanto dispendiosas. A construcção foi, por contracto, confiada ao Snr. Leopoldo Gomes de Almeida, que a vae levando á contento.

Estrada de S. Pedro a Ponte de Itabapoana

Não tem sido assim a construcção da estrada de S. Pedro de Itabapoana a D. America, cujo empreiteiro, por causas varias, não tem mais de 3 kilometros construidos e certamente não dará a estrada terminada senão em praso muito longo. A estrada de São Pedro a Ponte de Itabapoana vae dar nova vida á antiga cidade de São Pedro, cujo commercio definha por se encaminhar a producção do municipio directamente para as estradas de ferro, que cercam São Pedro, sem communicação facil com a cidade,



Estrada de Santa Leopoldina a Santa Thereza



Santa Leopoldina — Outra vista geral



Batelão e lanchas ao serviço de cargas e passageiros entre Victoria e Santa Leopoldina



Trecho da estrada de Santa Leopoldina a Alfredo Maia—(Ponte Nazareth)



Santa Leopoldina — Aspecto do porto

Por um lado é a Estrada de Ferro Leopoldina que desvia para São João do Muquy cerca de 40 % da producção de São Pedro, e por outro a Estrada de Ferro Itabapoana, desviando para Boa Vista uma percentagem também apreciavel. Muito embora seja mais facil a ligação de São Pedro a Estação de D. America, era nossa intenção prolongar a estrada, pela Uzina de Cascata, até Ponte de Itabapoana, onde as condições são mais favoraveis para os estabelecimentos commerciaes, hotéis e installações proprias de um ponto de entroncamento de vias de communicacão. A extensão será de 21 kilometro; foi iniciado o serviço de construcção da serra da União a São Sebastião, que parece a de mais difficil accesso, de todo o traçado.

Estrada de Bom Jesus a S. José do Calçado

Tentámos, logo no inicio do Governo, levar até São José do Calçado, a ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Itabapoana. Amparando a iniciativa particular de lavradores do municipio interessado, que subscreveram grande somma para ser applicada no prolongamento da alludida estrada, mandámos proceder aos estudos preliminares e tudo fizemos para bem se encaminhar a construcção da estrada, que começou sob os melhores auspicios. Depois de concluidos oito kilometros de leito, tendo o Estado auxiliado a construcção com 18:000\$000, foi suspensa a mesma por divergencias e embaraços locais. Por outro lado, a difficuldade de se obterem trilhos fez-nos descrer, por emquanto, da possibilidade de se levar por deante este importante melhoramento, dentro do programma inicial.

Não querendo, entretanto, deixar de attender ás justas aspirações do Municipio do Calçado, pela realisacção de um emprehendimento, que lhe é de necessidade